

1 **ATA DA TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA**
2 **CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA**
3 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos quatro dias do mês de outubro do ano
4 de dois mil e vinte e dois, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se a Câmara de Administração
5 do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, sob a presidência do
6 Magnífico Reitor da Universidade, Professor Doutor ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
7 MEIRELLES, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Augusto César da Silveira,
8 Benilton de Sá Carvalho, Claudio Francisco Tormena, Elaine Cristina de Ataíde, Evanir Lopes
9 Teixeira, Fernando Antonio Santos Coelho, Fernando Sarti, Gabriela Barros Gonçalves,
10 Heloise Oliveira Pastore Jensen, Hernandes Faustino de Carvalho, Ignacio Maria Poveda
11 Velasco, Jefferson Cano, Márcio Antonio Cataia, Maria Helena Baena de Moraes Lopes, Maria
12 Luiza Moretti, Marisa Masumi Beppu, Mirna Lúcia Gigante, Mônica Alonso Cotta, Paulo Régis
13 Caron Ruffino, Samuel Rocha de Oliveira, Verónica Andrea González-Lópes e Wagner de
14 Melo Romão. Estiveram presentes também o representante suplente dos docentes Francisco
15 Hideo Aoki, a representante suplente dos diretores de colégios técnicos Vanessa Petrilli
16 Bavaresco e o representante suplente dos servidores técnico-administrativos Adilton Dorival
17 Leite. Como convidados especiais, compareceram os professores: Alberto Luiz Francato, André
18 Martins Biancarelli, Andréia Galvão, Cristiane Maria Megid, Dirceu Noriler, Fernando
19 Augusto de Almeida Hashimoto, Gilberto Alexandre Sobrinho, Ivan Felizardo Contrera Toro,
20 José Alexandre Diniz, Paulo César Montagner, Rachel Meneguello e Zigomar Menezes de
21 Souza; a doutora Fernanda Lavras Costallat Silvado; e os senhores Everaldo Pinheiro, Fernandy
22 Ewerardy de Souza, Juliano Henrique Davoli Finelli, Lina Amaral Nakata, Maria Aparecida
23 Quina de Souza e Thiago Baldini da Silva. Justificaram ausência à Sessão os seguintes
24 conselheiros: Márcio Alberto Torsoni, sendo substituído pela professora Mirna Lúcia Gigante;
25 Cláudio Saddy Rodrigues Coy, sendo substituído pelo professor Claudio Francisco Tormena; e
26 Karolyne Stefanny de Souza. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à
27 Trecentésima Octogésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara de Administração, realizada
28 de forma híbrida, dando-se preferência à participação presencial, porém facultada a participação
29 remota aos membros que assim o desejarem. Utilizarão a plataforma Zoom para todos os
30 conselheiros, tanto os que estão aqui presencialmente quanto os que participam da reunião de
31 forma remota. O uso da palavra se dará por ordem de inscrição, por meio do botão em formato
32 de mão no aplicativo. Para manifestação, os conselheiros deverão respeitar o limite temporal
33 de cinco minutos para os temas da Ordem do Dia e três minutos para o Expediente. Observa
34 que o som lá fora está alto, o que cria alguma dificuldade para a condução e realização da
35 reunião, portanto pede desculpas por eventuais problemas decorrentes dessa atitude. Pondera,
36 mais uma vez, que essa não é exatamente uma atitude inclusiva, é uma atitude que exclui
37 aqueles que discordam, e que deseja exatamente perturbá-los. Em seguida, dá as boas-vindas
38 ao novo diretor do Instituto de Biologia e que é também conselheiro da CAD, o professor
39 Hernandes Faustino de Carvalho. Ele assumiu ontem como diretor do Instituto de Biologia e,
40 neste momento, em função do revezamento, faz parte também da bancada de diretores da

1 Câmara de Administração. Abre agora as inscrições para o Expediente, que se encerrará após a
2 aprovação da ata. Em seguida, submete à apreciação a Ata da Trecentésima Octogésima
3 Primeira Sessão Ordinária, realizada em 06 de setembro de 2022. Consulta se há observações.
4 Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada por unanimidade. Passa à
5 Ordem do Dia, com 37 itens, e à Ordem do Dia Suplementar, com 01 item, de destaque
6 obrigatório – Proc. nº 01-P-38697/2022. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros.
7 Não havendo, submete à votação todos os itens da Ordem do Dia, sendo aprovados, com 01
8 abstenção, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: I – A – Taxas sobre Serviços
9 Administrativos Prestados pela Universidade - Deliberação CAD-A-04/2015 - 01) Proc. nº 01-
10 P-6234/1989 - a) Reajuste nos valores das taxas sobre serviços administrativos extraordinários
11 prestados pela Universidade, com base no índice de inflação IPC-Fipe acumulado em 12 meses
12 (setembro de 2021 a agosto de 2022 = 9,30%), a vigorar a partir de outubro de 2022 -
13 Informação Aeplan-1250/22 e Parecer COP-21/22 - b) Alterações propostas pelo CMU e ProEC
14 da tabela anexa à Deliberação CAD-A-04/2015, que define, classifica e especifica os serviços
15 administrativos prestados pela Universidade a seus alunos e servidores - Despachos PG-849 e
16 1801/22, Pareceres COP-21/22 e CLN-43/22 - B - Carreira Docente - a) Nomeação na Parte
17 Permanente do QD - Professor Doutor - Ingresso no RDIDP - Deliberação Consu-A-02/2001 -
18 02) Proc. nº 21-P-34327/2022, de Lilian Abram dos Santos - Instituto de Estudos da Linguagem
19 - 1) Nomeação na PP: Prof. Dr. - nível MS-3.1 - RTP - área de Ensino de Língua
20 Estrangeira/Segunda Língua e Multiculturalismo - Departamento de Linguística Aplicada - 2)
21 Ingresso no RDIDP. Concurso homologado pela Cepe em 07.04.20 - Aprovação pela
22 Congregação em 18.08.22 - Parecer CPDI-54/22. Recursos: Informação PRDU/GQDOC-
23 376/22 - b) Abertura de Processo Seletivo Sumário - Carreira MS - Deliberação CAD-A-
24 03/2018 - 03) Proc. nº 05-D-36109/2022, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
25 Urbanismo - Atribuição de 01 (uma) vaga e recursos para abertura de processo seletivo sumário
26 para contratação temporária de 01 (um) Prof. Dr. - nível MS-3.1 - RTC - área de Gestão da
27 Construção - Departamento de Arquitetura e Construção - em substituição a docente afastada
28 por motivo de saúde - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - Informação PRDU/GQDOC-
29 362/22 e Parecer CVD-56/22 - 04) Proc. nº 06-P-34141/2022, da Faculdade de Odontologia de
30 Piracicaba - Atribuição de 01 (uma) vaga e recursos para abertura de processo seletivo sumário
31 para contratação temporária de 01 (um) Prof. Dr. - nível MS-3.1 - RTP - área de Anatomia -
32 Departamento de Biociências - em substituição a docente afastado no período de 01.08.22 a
33 31.07.23, para tratar de assuntos particulares, com prejuízo dos vencimentos e demais vantagens
34 da função - Aprovação pela Congregação em 14.09.22 - Informação PRDU/GQDOC-322/22 e
35 Parecer CVD-57/22 - c) Aproveitamento de Processo Seletivo Sumário - Carreira MS -
36 Deliberação CAD-A-03/2018 - 05) Proc. nº 08-D-33889/2022, do Instituto de Física “Gleb
37 Wataghin” - Atribuição de 02 (duas) vagas e recursos para aproveitamento de processo seletivo
38 sumário, que tramitou sob nº 08-P-19277/22, para contratação temporária de 02 (dois)
39 Professores Doutores - nível MS-3.1 - RTP - área de Física em Ensino de Ciências da Natureza
40 - em substituição a docente afastado até 31.07.23 para assumir a posição de *Scientific Associat*”

1 junto ao Cern (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear) e a docente afastado até 17.08.24
2 para tratar de assuntos particulares, ambos com prejuízo dos vencimentos e demais vantagens
3 da função - Aprovação pela Congregação em 12.08.22 - Informação PRDU/GQDOC-318/22 -
4 Parecer CVD-58/22 - d) Alteração de Jornada de Trabalho - Carreira MST - 06) Proc. nº 13-D-
5 35231/2022, do Colégio Técnico de Limeira - Aumento temporário de jornada de trabalho da
6 Profa. Larissa Giorgetti Mendes, MST-III-L, de 20 para 40 horas semanais - Departamento de
7 Ciências da Natureza e Matemática - em substituição a docente que se encontra afastado por
8 licença-prêmio - Aprovação pela CGA em 19.08.22 - Informação PRDU-GQDOC-350/22 -
9 Parecer CVD-59/22 - C - Carreira Paepe - Contratação - Para Aprovação - a) Contratação com
10 Abertura de Concurso Público - 07) Proc. nº 24-P-30877/2022, do Centro de Lógica,
11 Epistemologia e História da Ciência - Contratação com abertura de concurso público de 01 (um)
12 Profissional de Organização de Arquivos, referência S1A, jornada de 40 horas semanais, em
13 substituição a servidor transferido para a ProEC - em contrapartida, a ProEC transferiu 01 vaga
14 para o CLE, oriunda de desligamento de servidora, referência S1A - Parecer CVND-173/22 -
15 b) Contratação com Abertura de Processo Seletivo Público Temporário - 08) Proc. nº 01-P-
16 36136/2022, do Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural - Contratação com
17 abertura de processo seletivo público temporário de 01 (um) Profissional da Arte, Cultura e
18 Comunicação, referência S1A, jornada de 30 horas semanais, em substituição a servidor que
19 solicitou afastamento por motivos particulares, com prejuízo dos vencimentos, a partir de
20 16.11.22 - Parecer CVND-174/22 - c) Contratação com Aproveitamento de Processo Seletivo
21 Público Temporário - 09) Proc. nº 27-P-35258/2022, do Hospital da Mulher "Prof. Dr. José
22 Aristodemo Pinotti" - Contratação com aproveitamento de processo seletivo público temporário
23 de 01 (um) Enfermeiro, referência S1A, jornada de 30 horas semanais - em substituição a
24 servidora com previsão de afastamento por licença-maternidade em 01.08.22 - Parecer CVND-
25 176/22 - 10) Proc. nº 01-P-33905/2022, do Serviço de Apoio ao Estudante - Contratação com
26 aproveitamento de processo seletivo público temporário de 01 (um) Profissional para Assuntos
27 Administrativos, referência M1A, jornada de 40 horas semanais - em substituição a servidora
28 desligada em 29.03.22, até que seja possível realizar a contratação por concurso público -
29 Parecer CVND-175/22 - d) Suplementação de Recursos - 11) Proc. nº 01-D-38476/2021, da
30 Secretaria de Administração Regional - Suplementação de recursos no valor de R\$7.592,23
31 para viabilizar transferência de servidora da FCA para a SAR - Parecer CVND-179/22 - D -
32 Congregação - Para Homologação - Resolução GR-19/2017 - 12) Proc. nº 02-P-17015/2022,
33 da Faculdade de Ciências Médicas - Eleições das representações docente, discente e técnico-
34 administrativos, realizadas nos dias 02 e 03.08.22 - Aprovadas pela Congregação em 26.08.22
35 - 13) Proc. nº 23-P-15899/1995, da Faculdade de Educação Física - Eleição da representação
36 docente - nível MS-3, realizada no dia 12.08.22 - Homologada pela Congregação em 24.08.22
37 - 14) Proc. nº 38-P-20913/2021, da Faculdade de Enfermagem - Eleições das representações
38 docente, discente e técnico-administrativos, realizadas nos dias 29 e 30.08.22 - Homologadas
39 pela Congregação em 09.09.22 - 15) Proc. nº 26-P-7291/2022, do Instituto de Economia -
40 Eleições das representações docente e discente, realizadas nos dias 25.07.22 a 16.08.22 -

1 Aprovadas pela Congregação em 23.08.22 - E - Calendário Administrativo para 2023 - 16)
2 Proc. nº 01-P-39721/2022, da Diretoria Geral de Recursos Humanos - Proposta de Calendário
3 Administrativo para o ano de 2023 - Informação DGRH-1553/22 - F - Áreas de Prestação de
4 Serviços - Para Aprovação - Deliberação Consu-A-56/20 - a) Prestação de Contas - 17) Proc.
5 nº 36-P-3991/2011, da Faculdade de Ciências Aplicadas - Prestação de contas da área de
6 prestação de serviços “Atividades Físicas e Esportivas”, relativa ao exercício de 2021 -
7 Aprovação pela Congregação em 10.08.22 - 18) Proc. nº 36-P-5045/2016, da Faculdade de
8 Ciências Aplicadas - Prestação de contas da área de prestação de serviços “Serviço de Análise
9 de Amostras em Citometria de Fluxo”, relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela
10 Congregação em 10.08.22 - 19) Proc. nº 36-P-21411/2018, da Faculdade de Ciências Aplicadas
11 - Prestação de contas da área de prestação de serviços “Análise e Caracterização de Materiais”,
12 relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em 10.08.22 - 20) Proc. nº 28-P-
13 25886/2006, da Faculdade de Engenharia Agrícola - Prestação de contas da área de prestação
14 de serviços “Conselho Integrado de Tecnologia de Processos”, relativa ao exercício de 2021 -
15 Aprovação pela Congregação em 17.08.22 - 21) Proc. nº 28-P-25888/2006, da Faculdade de
16 Engenharia Agrícola - Prestação de contas da área de prestação de serviços “Conselho Integrado
17 de Infraestrutura Rural”, relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em
18 17.08.22 - 22) Proc. nº 28-P-25889/2006, da Faculdade de Engenharia Agrícola - Prestação de
19 contas da área de prestação de serviços “Conselho Integrado de Planejamento e Gestão”,
20 relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em 17.08.22 - 23) Proc. nº 05-P-
21 200/2001, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Prestação de contas da
22 área de prestação de serviços “Laboratório de Empreendimentos”, relativa ao exercício de 2021
23 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 24) Proc. nº 05-P-7656/1996, da Faculdade de
24 Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Prestação de contas da área de prestação de
25 serviços “Departamento de Estruturas”, relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela
26 Congregação em 25.08.22 - 25) Proc. nº 05-P-7657/1996, da Faculdade de Engenharia Civil,
27 Arquitetura e Urbanismo - Prestação de contas da área de prestação de serviços “Engenharia de
28 Transportes”, relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 26)
29 Proc. nº 05-P-7658/1996, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo -
30 Prestação de contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Hidráulica”, relativa ao
31 exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 27) Proc. nº 05-P-8226/2007,
32 da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Prestação de contas da área de
33 prestação de serviços “Arquitetura e Tecnologia do Ambiente Construído”, relativa ao exercício
34 de 2021 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 28) Proc. nº 05-P-10832/1995, da
35 Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Prestação de contas da área de
36 prestação de serviços “Elaboração de Projetos e Consultoria para Órgãos Internos e Externos à
37 Unicamp”, relativa ao exercício de 2021 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 29) Proc.
38 nº 05-P-13512/1999, da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Prestação
39 de contas da área de prestação de serviços “Laboratório de Saneamento”, relativa ao exercício
40 de 2021 - Aprovação pela Congregação em 25.08.22 - 30) Proc. nº 06-P-5537/2008, da

1 Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Prestações de contas da área de prestação de serviços
2 “Prótese Dentária e Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial”, relativas aos exercícios
3 de 2019, 2020 e 2021 - Aprovações pela Congregação em 10.08.22 - 31) Proc. nº 06-P-
4 13968/2009, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Prestações de contas da área de
5 prestação de serviços “Odontogeriatrics”, relativas aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 -
6 Aprovações pela Congregação em 10.08.22 - 32) Proc. nº 06-P-19573/2001, da Faculdade de
7 Odontologia de Piracicaba - Prestações de contas da área de prestação de serviços “Prótese
8 Dental”, relativas aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 - Aprovações pela Congregação em
9 10.08.22 - 33) Proc. nº 07-P-9734/2016, do Instituto de Biologia - Prestações de contas da área
10 de prestação de serviços “Enzimologia e Biologia Molecular de Microorganismos”, relativas
11 aos exercícios de 2020 e 2021 - Aprovações pela Congregação em 24.08.22 e 23.06.22 - 34)
12 Proc. nº 01-P-11663/2000, do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético - Prestações
13 de contas da área de prestação de serviços “Planejamento Energético”, relativas aos exercícios
14 de 2019, 2020 e 2021 - Aprovações pelo Conselho Científico do Nipe em 16.07.21 e 24.06.22
15 - G - Convênios, Contratos e Termos Aditivos - a) Para Homologação da Aprovação Ad
16 Referendum do Reitor - Deliberação Consu-A-16/2022 de 07.06.22 - 35) Proc. nº 06-P-
17 22494/2022, da Faculdade de Odontologia de Piracicaba - Convênio nº 759/2022 - Partes:
18 Unicamp e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde
19 - Executores: Francisco Haiter Neto e Rosana de Fátima Possobon - Data de Assinatura:
20 28.06.22 - Vigência: 30.06.23 - Recursos: R\$100.000,00 - Resumo do Objeto: Transferência de
21 recursos financeiros para ocorrer despesas com Investimento - Aquisição de Equipamentos, nos
22 termos do Plano de Trabalho - Parecer: Cacc - 36) Proc. nº 06-P-20285/2022, da Faculdade de
23 Odontologia de Piracicaba - Convênio nº 586/2022 - Partes: Unicamp e Governo do Estado de
24 São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde - Executores: Marcio Ajudarte
25 Lopes e Francisco Haiter Neto - Data de Assinatura: 28.06.22 - Vigência: 30.06.23 - Recursos:
26 R\$108.000,00 - Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros para ocorrer despesas
27 com Custeio - Material de Consumo, nos termos do Plano de Trabalho - Parecer: Cacc - b) Para
28 Homologação da Aprovação Ad Referendum do Reitor - Deliberação Consu-A-12/2018 de
29 25.09.18 - 37) Proc. nº 01-P-20788/2017, da Diretoria Executiva da Área da Saúde - 1)
30 Convênio de Parceria - Partes: Unicamp/Fascamp e Secretaria de Estado da Saúde - Executores:
31 Willian Cirillo e Elinton Adami Chaim - Data de Assinatura: 24.11.17 - Vigência: 05 anos -
32 Recursos: R\$223.300.902,00 - Resumo do Objeto: Operacionalização da gestão e execução,
33 pela Unicamp, das atividades e serviços de saúde no Hospital Regional de Piracicaba em
34 conformidade com os Anexos - Parecer: Cacc; 2) Termo de Retirratificação nº 01/18 - Data de
35 Assinatura: 27.02.18 - Vigência: 31.12.18 - Resumo do Objeto: Readequação do repasse de
36 recursos financeiros de investimento no mês de fevereiro/2018 - Parecer: Cacc; 3) Termo de
37 Retirratificação nº 02/18 - Data de Assinatura: 29.11.18 - Vigência: 31.12.18 - Resumo do
38 Objeto: Readequação do repasse de recursos financeiros de custeio, com a supressão de
39 R\$3.988.738,00, referente ao mês de novembro/2018 - Parecer: Cacc; 4) Termo de
40 Retirratificação nº 03/18 - Data de Assinatura: 21.12.18 - Vigência: 31.12.18 - Resumo do

1 Objeto: Readequação do repasse de recursos financeiros de custeio, com a supressão de
2 R\$3.988.738,00, referente ao mês de dezembro/2018 - Parecer: Cacc; 5) Termo de
3 Retirratificação nº 01/19 - Data de Assinatura: 28.12.18 - Vigência: 31.12.19 - Recursos:
4 R\$45.988.738,00 - Resumo do Objeto: Destinação dos recursos para operacionalização do
5 Hospital Regional de Piracicaba no exercício de 2019 - Parecer: Cacc; 6) Termo de
6 Retirratificação nº 02/19 - Data de Assinatura: 17.07.19 - Vigência: 31.12.19 - Recursos:
7 R\$33.000,00 - Resumo do Objeto: Realização do Projeto Especial Corujão da Saúde - “Mutirão
8 de exames de SADT Externo”, nos meses de julho a setembro/2019 - Parecer: Cacc; 7) Termo
9 de Aditamento nº 01/20 - Data de Assinatura: 26.12.19 - Recursos: R\$48.830.000,00 - Resumo
10 do Objeto: Destinação dos recursos para operacionalização do Hospital Regional de Piracicaba
11 no exercício de 2020 - Parecer: Cacc; 8) Termo de Aditamento nº 02/20 - Data de Assinatura:
12 28.05.20 - Recursos: R\$6.000.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de
13 custeio, nos meses de maio a outubro de 2020 no Hospital Regional de Piracicaba, visando à
14 realização de despesas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 - Parecer: Cacc; 9)
15 Termo de Aditamento nº 03/20 - Data de Assinatura: 22.12.20 - Recursos: R\$500.000,00 -
16 Resumo do Objeto: Aporte de recursos para o custeio do enfrentamento da pandemia de Covid-
17 19 pelo Hospital Regional de Piracicaba - Parecer: Cacc; 10) Termo de Aditamento nº 04/20 -
18 Data de Assinatura: 22.12.20 - Recursos: R\$300.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de
19 recursos financeiros de investimento, estabelecido por Emenda Parlamentar, para o Hospital
20 Regional de Piracicaba - Parecer: Cacc; 11) Termo de Aditamento nº 01/21 - Data de
21 Assinatura: 30.12.20 - Vigência: 24.11.22 - Recursos: R\$45.476.998,00 - Resumo do Objeto:
22 Operacionalização da gestão e execução, pela Unicamp, das atividades e serviços de saúde no
23 Hospital Regional de Piracicaba, no exercício de 2021, em conformidade com os Anexos -
24 Parecer: Cacc; 12) Termo de Aditamento nº 02/21 - Data de Assinatura: 29.01.21 - Recursos:
25 R\$1.000.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio, visando
26 ampliação de leitos em UTI para o enfrentamento da Covid-19 - Parecer: Cacc; 13) Termo de
27 Aditamento nº 03/21 - Data de Assinatura: 20.04.21 - Recursos: R\$3.000.000,00 - Resumo do
28 Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio, para os meses de abril a junho de 2021,
29 visando manutenção e ampliação de leitos em UTI para o enfrentamento da Covid-19 - Parecer:
30 Cacc; 14) Termo de Aditamento nº 04/21 - Data de Assinatura: 13.07.21 - Recursos:
31 R\$2.500.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio, para os meses
32 de julho e agosto de 2021, visando manutenção de leitos em UTI para o enfrentamento da
33 Covid-19 - Parecer: Cacc; 15) Termo de Aditamento nº 05/21 - Data de Assinatura: 21.09.21 -
34 Recursos: R\$1.200.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio,
35 para os meses de setembro e outubro de 2021, visando manutenção de leitos em UTI para o
36 enfrentamento da Covid-19 - Parecer: Cacc; 16) Termo de Aditamento nº 06/21 - Data de
37 Assinatura: 25.10.21 - Vigência: 24.11.22 - Recursos: R\$17.200,00 - Resumo do Objeto:
38 Realização do Projeto Especial “Corujão da Saúde - Oncologia”, nos meses de outubro a
39 dezembro/2021 - Parecer: Cacc; 17) Termo de Aditamento nº 07/21 - Data de Assinatura:
40 03.11.21 - Vigência: 24.11.22 - Recursos: R\$18.000,00 - Resumo do Objeto: Realização do

1 Projeto Especial “Corujão da Saúde - Oftalmologia”, nos meses de novembro e dezembro/2021
2 - Parecer: Cacc; 18) Termo de Aditamento nº 08/21 - Data de Assinatura: 26.11.21 - Recursos:
3 R\$1.000.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio, para os meses
4 de novembro e dezembro de 2021, visando manutenção de leitos em UTI para o enfrentamento
5 da Covid-19 - Parecer: Cacc; 19) Termo de Aditamento nº 09/21 - Data de Assinatura: 10.12.21
6 - Recursos: R\$1.050.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio,
7 estabelecido por Emendas Parlamentares, para o Hospital Regional de Piracicaba - Parecer:
8 Cacc; 20) Termo de Aditamento nº 10/21 - Data de Assinatura: 20.12.21 - Recursos:
9 R\$500.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos financeiros de custeio, estabelecido
10 por Emenda Parlamentar, para o Hospital Regional de Piracicaba - Parecer: Cacc; 21) Termo
11 de Aditamento nº 01/22 - Data de Assinatura: 23.12.21 - Recursos: R\$76.808.000,00 - Resumo
12 do Objeto: Operacionalização da gestão e execução, pela Unicamp, das atividades e serviços
13 de saúde no Hospital Regional de Piracicaba, no período de janeiro a outubro/2022, em
14 conformidade com os Anexos - Parecer: Cacc; 22) Termo de Aditamento nº 02/22 - Data de
15 Assinatura: 11.04.22 - Vigência: 24.11.22 - Recursos: R\$156.025,00 - Resumo do Objeto:
16 Realização do Projeto Especial “Corujão da Saúde - Oftalmologia”, nos meses de maio a
17 setembro/2022 - Parecer: Cacc; 23) Termo de Aditamento nº 03/22 - Data de Assinatura:
18 27.05.22 - Vigência: 24.11.22 - Recursos: R\$110.400,00 - Resumo do Objeto: Realização do
19 Projeto Especial “Corujão - Cirurgias Eletivas”, nos meses de maio a outubro/2022 - Parecer:
20 Cacc. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 01 da Ordem do Dia Suplementar – Proc. nº 01-
21 P-38697/2022 –, que trata do cronograma de implantação do ponto eletrônico na Universidade
22 com vistas à celebração do Termo de Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público de
23 São Paulo - Relatório Final do Grupo de Trabalho designado por meio da Portaria GR-94/2022.
24 Passa a palavra ao senhor Everaldo Pinheiro, diretor adjunto da DGRH e presidente do GT que
25 elaborou uma proposta de calendário. Observa que a proposta não se refere a conteúdo, à forma
26 de implantação, mas exclusivamente ao calendário de implantação. O senhor EVERALDO
27 PINHEIRO agradece aos demais membros do GT: professores Roberto Donato, Antônio
28 Gonçalves de Oliveira Filho, Jefferson Cano e a senhora Cleide Regina Manga Ribeiro Milani.
29 O trabalho do GT se restringiu a fazer uma análise técnica da viabilidade da implantação e quais
30 fases são necessárias para a implantação do ponto por toda a Universidade. O que foi pensado,
31 como é um projeto grande, que tem várias fases, é em um primeiro momento criar um comitê
32 executivo, que vai fazer todas as definições e esse primeiro planejamento, criar as normativas,
33 tudo o que precisa ser pensado para iniciar a implantação do sistema. A partir da assinatura do
34 TAC, o trabalho começa a ser realizado com este comitê, com as definições, com todo o
35 planejamento. Acreditam que essa fase deva ser concluída até o final do primeiro semestre de
36 2023, para a partir de então se iniciar a implantação nas unidades. Pensaram em iniciar em
37 alguns órgãos da Reitoria, em paralelo com algumas unidades da área da Saúde. Está descrito
38 no cronograma quais são essas unidades; começa com o Caism, Gastrocentro, vão fazer a
39 integração, analisar os resultados para depois passar para o segundo momento. Em uma segunda
40 fase, vão implantar no HC, concluindo a área da Saúde, e terminar também em todos os órgãos

1 da Administração Central, no final do segundo semestre de 2023. E a proposta é concluir com
2 a implantação nas unidades de ensino e nos centros e núcleos, no começo de 2024. Trata-se de
3 uma proposta técnica, baseada nas experiências que viram em outras universidades, e essa é a
4 proposta viável. Por ser um projeto muito grande, pediram um prazo de seis meses para o caso
5 de haver algum ponto que precise ser revisto, alguma questão que não tenham tratado. A
6 Universidade tem vários *campi*, inclusive fora de Campinas, e tendo o grupo discutido bastante
7 e ouvido várias instituições, acreditam que esse é o tempo que vai ser necessário. Conversaram
8 também com a empresa que fornece o *software* para a Unicamp, a Senior Sistemas, viram com
9 ela algumas questões técnicas, especificações necessárias para a implantação, e a partir daí
10 criaram o relatório final, que está para conhecimento da CAD. O MAGNÍFICO REITOR
11 agradece ao GT e ressalta que não há, no conteúdo do parecer, nada em relação à forma, apenas
12 em relação ao cronograma de implantação. Obviamente foram consideradas as questões
13 técnicas, mas tudo será negociado e discutido ao longo do processo. A Conselheira GABRIELA
14 BARROS GONÇALVES diz que, assim como a professora Maria Luiza colocou na reunião da
15 Cepe, ela também se sente violentada porque, diferente dos membros da Administração que
16 estão incomodados aqui hoje com um pouco de barulho nos ouvidos, está incomodada há muito
17 tempo com o seu salário, que não está mais dando conta das despesas. Houve ataque atrás de
18 ataque, sabem a dificuldade que foi o processo de progressão da Carreira Paepe, e não houve
19 diálogo nenhum com o Fórum das Seis em relação ao ponto eletrônico, sendo que nos bastidores
20 a Reitoria já estava fazendo o levantamento de qual era a tecnologia, de quanto ia custar, de
21 como ia ser e do cronograma. Então, se impor isso ao trabalhador não é uma violência, não sabe
22 o que é. Não estão falando de uma violência de um dia de reunião obstruída, mas de uma vida
23 toda, de uma carreira, de um tempo de trabalho, de um controle de jornada. E se estão falando
24 de saúde mental aqui, devem pensar na saúde mental do trabalhador que está saindo de uma
25 pandemia, se desgastando. Não foi só a professora Maria Luiza que se desgastou na pandemia,
26 foram muitas pessoas. Então é muito complicado chegar aqui e já ter o cronograma, já ter a
27 máquina; e definiram inclusive, como consta na pauta, quando o sindicato vai entrar na
28 conversa. Pergunta como podem falar sobre democracia, sobre diálogo, se recebem uma pauta
29 colocando quando o sindicato vai participar da conversa. Então hoje está havendo uma
30 manifestação, sim, aqui na frente da CAD, porque a Reitoria foi truculenta, passou por cima do
31 diálogo, foi combinar com o MP e entregou a autonomia universitária. Porque abrem uma
32 brecha, deixam o MP entrar aqui, se rendem, fazem o TAC e ano que vem, se esse desgoverno
33 for eleito, não sabem o que pode acontecer com a Universidade. Esperam que haja diálogo e
34 que possam resolver essa situação. Em outras manifestações que foram menos ruidosas, o
35 senhor Reitor não os recebeu; inclusive em um ato unificado do Fórum da Seis o professor
36 Antonio José sequer estava na Universidade, portanto estão se sentindo também muito
37 violentados. A reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp, que está trazendo
38 aqui enquanto conselheira universitária, é de retirada de pauta, até que isso seja, no mínimo,
39 dialogado com a comunidade, e não imposto, com o cronograma e tudo, sem dialogar nem com
40 as entidades de representação dentro do *campus*. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA

1 diz que não sabe a quem interessa ou o porquê da implantação do ponto eletrônico, sendo que
2 já há uma lista daqueles locais que não vão precisar. Deseja entender se nesse tempo em que a
3 Universidade ficou sem bater ponto, ela perdeu pesquisa, se ela perdeu a credibilidade. Pergunta
4 o porquê dessa situação, por que isso está sendo imposto aos trabalhadores, já que todos aqui
5 trabalham. Durante a pandemia, a professora disse que ficou exposta, mas relata que ela
6 também, e inclusive ficou oito dias entubada. Pegou Covid na linha de frente, no Caism, e ficou
7 um ano e seis meses dentro de casa, totalmente comprometida, principalmente
8 psicologicamente. Portanto, foi toda a comunidade da área da Saúde que ficou exposta, e a
9 professora Maria Luiza sabe que houve situações de cortes. E agora a Reitoria vem com uma
10 situação dessa, como se os trabalhadores fossem os culpados pela compra indevida dos
11 equipamentos. Sabem que o Reitor não tem necessidade de dar satisfação porque não foi ele
12 quem comprou; bastaria chamar a pessoa que fez a compra e ela que responda. O que não aceita
13 é terem de pagar por algo que não fizeram, e não entende a quem interessa controlar os
14 trabalhadores, e a forma como está sendo feito, ou seja, o senhor Reitor não conversou com a
15 comunidade, não conversou com STU, que só entraria na conversa depois de tudo estabelecido.
16 Não concorda com isso, até porque quando o professor Antonio José andou pela área da Saúde,
17 ele prometeu aos enfermeiros, enfermeiras e técnicos que olharia por eles, e na primeira
18 oportunidade ele faz o contrário. Ontem foi muito questionada no Caism, principalmente por
19 aquelas enfermeiras que andaram com o senhor Reitor no HC e no Caism e que hoje lhe
20 perguntam o que aconteceu. Ela responde que não sabe, porque o senhor Reitor está
21 contradizendo com suas ações tudo o que ele havia dito. Portanto, solicita a retirada de pauta
22 do assunto. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que estava afastado e fará
23 alguns pedidos de esclarecimento. O que motivou essa inquirição do Ministério Público foi a
24 não implementação dos pontos eletrônicos adquiridos há mais de nove anos. E o Ministério
25 Público exige que explicações sejam dadas, que haja um ajustamento de conduta em um prazo
26 bastante exíguo. Pensa que o pleito apresentado aqui pelas conselheiras Gabriela e Evanir, de
27 que as entidades sejam ouvidas, pelo menos que se inicie um processo de diálogo antes da
28 aprovação do cronograma pela CAD, é bastante razoável, porque não se trata apenas da
29 aprovação de um cronograma de dois anos. Ela estabelece ali já etapas, indica também os
30 momentos em que as entidades seriam ouvidas, mas ela não sinaliza nada a respeito da forma
31 como isso vai se dar, do que que pode acontecer em termos de mudanças, de padrão de conduta
32 na própria ação, seja no HC, seja em qualquer outra instância da Universidade. Acha que isso
33 coloca uma sensação de dúvida, de insegurança sobre o que acontecerá nesse processo. Estão
34 em um momento em que tanto a carreira dos técnico-administrativos quanto a carreira docente
35 têm começado a discutir a questão do trabalho remoto, e há muita dúvida com relação a isso.
36 Tem andado pelas universidades, conversado com os colegas, e existe muita dúvida. Pensa que
37 é praxe do Ministério Público esse estabelecimento de prazos muito exíguos para
38 manifestações, mas acha que a Universidade não deve se pautar totalmente. Claro que não
39 estender demais o prazo, mas pensa que não devem se pautar apenas por esses prazos tão
40 exíguos, e que seria de muito boa conduta que as entidades fossem respeitadas na sua tarefa de

1 representar tanto os técnico-administrativos, no caso do STU, como os docentes, no caso da
2 ADunicamp. Portanto, é favorável a que seja retirado de pauta este ponto, neste momento, e
3 que a Administração Central estabeleça de imediato uma roda de conversa, pelo menos um
4 grupo de trabalho em que essas entidades estejam representadas, porque, com todo o respeito
5 ao trabalho que os colegas já fizeram, acha que ao menos esse elemento seria importante. Deve
6 haver um diálogo com as entidades, em uma situação de igualdade de condições, mas nenhuma
7 representação da Unicamp ou do STU tomou assento no grupo de trabalho. Então é favorável
8 a que seja retirado de pauta esse ponto. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE diz
9 que não participou do GT, mas participou da última reunião por conta da sua visão de que o HC
10 vai se beneficiar muito com a instalação do ponto eletrônico. Nessa primeira fase, o papel do
11 GT era somente viabilizar qual o tipo de sistema a ser aplicado e elaborar o cronograma para
12 tentar viabilizar essa tratativa. E esse cronograma pode ser, inclusive, influenciado pelos
13 gestores de cada área; com o cronograma em mãos, já podem iniciar algumas medidas, fazer
14 algumas reuniões para que essa implementação seja o mais tênue possível. Tinha a pretensão
15 de fazer com que o HC fosse o piloto, mas foi explicado nesse grupo que há um risco de precisar
16 mudar o *software* utilizado, e o Hospital possui escalas de plantão corridas, de final de semana,
17 que tornam tudo mais complicado. O motivo de o Ministério Público ter solicitado essa
18 implantação pode ter decorrido da questão de o HC ter as máquinas para fazer esse apontamento
19 dos cartões e que não foram utilizadas, mas não é apenas isso. Em todas as tratativas que tem
20 feito na Secretaria do Estado de São Paulo e em nível ministerial para o aporte de verbas para
21 aumentar a equipe do HC, que sabidamente foi defasada durante a pandemia, mas que vem se
22 defasando ao longo do tempo, sempre é cobrada essa questão do cartão de ponto. Todos os
23 hospitais universitários já possuem o cartão de ponto, e isso seria positivo até para que possam
24 tornar mais robustas as próprias solicitações do Hospital, com o déficit tão grande que possui
25 entre o repasse e o que realmente se faz na prática. Por isso a sua ansiedade de colocar o cartão
26 de ponto, para que consigam estabelecer mais transparência nas atividades e pleitear mais
27 recursos, seja no Ministério, seja na Secretaria. É uma realidade que terão de enfrentar,
28 obviamente tornando tudo palatável, conversando com todas as instâncias para que tudo flua da
29 maneira mais harmônica possível. Mas não vê alternativa, até porque o Hospital de Clínicas da
30 Unicamp é a única exceção e tem de tentar regularizar o mais rápido possível para que consigam
31 acompanhar e pleitear mais incentivos e melhorias, tanto para o HC como para as áreas
32 assistencial e administrativa que vêm sendo compostas. A Conselheira HELOISE DE
33 OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que concorda com a fala da superintendente do HC, e acha
34 que o ponto eletrônico vai fazer bem à Universidade inteira, não só ao HC. Está muito contente
35 que tenham cumprido o prazo da notificação do Ministério Público, e discorda de algumas
36 pessoas que já disseram que 18 meses é um tempo muito curto para a implantação do sistema.
37 Acha que 18 meses é um tempo razoável; podem chegar a até 24, como consta nas últimas
38 linhas do documento. Acha que isso é urgente e muito sério. A professora Elaine já comunicou
39 que serão os últimos a usar um controle de frequência desse tipo, que é algo bastante razoável.
40 Qualquer pessoa que trabalha em uma empresa tem uma forma bastante eficiente de controlar

1 tempo de trabalho. Durante essas duas últimas semanas, mormente na última semana, recebeu
2 algumas mensagens de grupos de funcionários da Universidade se manifestando contra o ponto
3 eletrônico, é uma unanimidade. E não consegui entender, a despeito de ter perguntado
4 claramente, no que o ponto eletrônico prejudica o trabalho dessas pessoas. Não entende qual é
5 a dificuldade que causa na realização do trabalho o fato de registrar o horário de entrada e saída.
6 Não trabalha no Hospital, mas não teria nenhum problema em registrar a sua chegada e na hora
7 de sair, registrar sua saída. Se registrar sua saída na hora de sair e voltar para a sua sala e
8 continuar trabalhando, não tem problema. Se registrar sua saída além do tempo da sua saída
9 normal e vai receber horas extras, ótimo. Se não vai receber horas extras, mas vai ganhar um
10 banco de horas, ótimo também. Se não for ganhar nada, continua igual, porque já trabalha mais
11 do que as 40 horas semanais. As pessoas que falaram com ela não conseguiram convencê-la
12 onde o ponto eletrônico atrapalha o trabalho da Universidade. A primeira consideração que
13 ouviu dos colegas funcionários foi que, se vai implantar, então que se implante para todos, com
14 o que concordou. Então isso já não é mais argumento. Agora é outro argumento que ela,
15 sinceramente, não entende. Tem as seguintes questões a colocar: na última parte de
16 implantação, a etapa 4, que é a chegada dos pontos eletrônicos nas unidades, lembra que as
17 unidades são muito diferentes, elas são mais diferentes do que cada um dos setores no HC e as
18 unidades menores da Saúde, Hemocentro, Gastrocentro. Há muitas diferenças e muitas
19 particularidades nas unidades. E gostaria também de garantir a consideração do trabalho
20 remoto. Por exemplo, no dia de hoje não estão podendo dar aula, mas se tivesse de dar aula
21 hoje, o faria da sua sala, pois já está lá. Mas é possível que tenham de dar aulas, em alguns
22 momentos, a partir da própria casa, então pergunta se isso vai ser levado em conta. Sabe que é
23 precoce a sua preocupação, mas precisam pensar nisso também. O MAGNÍFICO REITOR
24 esclarece que a Unicamp solicitou extensão do prazo; na verdade, já deveriam ter decidido essa
25 questão. O Ministério Público não cobrou uma única posição; a motivação original foram os
26 equipamentos. Houve uma denúncia, no Ministério Público, de equipamentos que foram
27 comprados e nunca instalados. Então essa é a motivação principal. O documento do Ministério
28 Público tem dois itens, e o item 2 é claro na necessidade de instalar o controle do ponto
29 eletrônico. A Universidade pode obviamente dizer que não vai instalar, e essa é uma decisão
30 que possui um elemento político e jurídico, mas existem explicitamente, do ponto de vista do
31 Ministério Público, dois pedidos. Inclusive foi dito na reunião que, mesmo implantando o ponto
32 eletrônico, o primeiro item não está resolvido, porque envolve o uso de recursos públicos que
33 podem ter sido mal utilizados. Então a Unicamp terá de responder ao primeiro item ainda que
34 ela faça segundo; e se ela não resolver o primeiro e se negar a fazer o segundo, a chance é de
35 judicialização. Solicita que depois a doutora Fernanda comente isso. O prazo já correu,
36 solicitaram a extensão do prazo. Outra questão é que devem evitar confundir ponto eletrônico
37 com trabalho remoto; o Ministério Público tem o ponto eletrônico e tem trabalho remoto. Ele
38 tem um padrão que é dois dias de trabalho em casa, se a pessoa opta pelo trabalho em casa, e
39 tem obrigações adicionais ao que é o trabalho presencial. No caso do MP, se não está enganado,
40 é 20% de produtividade a mais, algo que é possível de controlar no caso deles, porque eles

1 basicamente preparam pareceres. Então a pessoa assina um compromisso de trabalhar no
2 máximo dois dias da semana em casa, mas ela precisa ter um desempenho maior do que o
3 padrão do trabalho presencial. E o trabalho presencial é controlado por ponto eletrônico, então
4 não é um conflito trabalho presencial e trabalho remoto que vai gerar uma abertura para resolver
5 essa questão. Podem tratar juntos ou não, isso é outra coisa; não tem dúvida de que vão precisar
6 discutir o trabalho remoto, mas devem evitar confundir uma coisa com a outra e colocar que
7 fazer trabalho remoto é impossível com o ponto eletrônico. Isso não é verdade. Um terceiro
8 aspecto é que não é só o Ministério Público; a última solicitação de informações que receberam
9 do Tribunal de Contas do Estado faz uma pergunta específica sobre a forma de controle do
10 horário de trabalho. Solicita que depois a doutora Fernanda também fale sobre isso. Estão diante
11 de um dilema: se trabalham e cumprem sua missão, não haveria por que se negar a isso. Teriam
12 de conseguir convencer o Ministério Público de que não precisam fazer isso porque já
13 trabalham, mas ele vai provavelmente vai responder que se já trabalham, não há por que não
14 fazer. A Universidade pode dizer “não”, isso está na sua autonomia, e tem insistido porque o
15 desagrada, como Reitor, a ideia de que toda decisão é do Reitor. É uma responsabilidade
16 coletiva, é de todos que estão aqui, e se forem dizer para o Ministério Público que não querem
17 isso, têm de verbalizar isso publicamente, pois é responsabilidade coletiva. E essa
18 responsabilidade está com a sociedade também; terão de dizer para essa sociedade que, como
19 cumprem o horário de trabalho perfeitamente, não precisam de ponto eletrônico. Tem dúvidas
20 se possuem capacidade de convencer as pessoas aí fora com esse tipo de argumento. Para ele
21 política é, basicamente, argumento. Precisam ter um argumento sólido, que seja capaz de
22 convencer aqueles que estão fora da Universidade. Convencer a comunidade interna é fácil,
23 mas não quer dialogar só com os seus amigos ou com aqueles que concordam com ele; quer
24 dialogar com a sociedade, e precisa ter argumentos convincentes. Precisam também evitar *fake*
25 *news* em torno dessa história. Banco de horas é banco de horas para mais e para menos; se a
26 pessoa tem de cumprir 40 horas de trabalho semanal e ela cumpriu 45, ela acumulou cinco
27 horas, mas se ela cumpriu 35, ela está devendo cinco. Por exemplo, haverá um feriado em uma
28 próxima quarta-feira, e pode haver uma secretaria de graduação que tenha dois ou três
29 funcionários e a pessoa acumulou dois dias de serviço e não quer vir na quinta e na sexta. Ela
30 pode combinar com os outros funcionários, pois é preciso garantir que a Secretaria abra na
31 quinta e na sexta se houver aulas e atividades na Unicamp, não é ponto facultativo, mas ela
32 pode ter acumulado dois dias e dizer que vai tirar esses dias porque trabalhou, durante um mês,
33 um pouco a mais todo dia e juntou 16 horas de trabalho. Não estão querendo tirar das pessoas
34 a liberdade de organizar sua vida, mas estão diante de uma demanda. Podem retirar de pauta,
35 mas a grande chance é que o Ministério Público os acione e tenham de fazer isso à revelia, ele
36 é quem vai ditar as ordens. Acha melhor que a Universidade dite, e fizeram um cronograma de
37 implantação razoável, possível de ser negociado. Mas obviamente ele parte de uma premissa,
38 que diverge das pessoas que querem retirar de pauta, que é a seguinte: devem responder
39 positivamente ao Ministério Público. Essa é a melhor alternativa para a imagem pública da
40 Unicamp, para evitar a judicialização da questão e, mais do que isso, para terem controle do

1 processo. Ao não fazer isso, ao contrário de garantir a autonomia, o que estarão fazendo é
2 colocar na mão do Ministério Público a forma de fazer aquilo que não querem fazer. Acha que
3 essa é uma preocupação que deveria estar na cabeça de todos, e ressalta que não será uma
4 decisão exclusiva da Reitoria; a intenção é que ela seja compartilhada por cada uma das pessoas
5 que têm um papel de administração na Universidade. O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON
6 RUFFINO diz que ficou surpreso com a fala da representante dos funcionários Paepe de que
7 isso seria uma punição. O que está sendo proposto é uma modernização do sistema. Fez parte
8 do GT que estudou a implantação do ponto eletrônico antes da pandemia, e conversaram
9 bastante na ocasião sobre o aspecto técnico e duas ou três possibilidades diferentes de
10 implantação. Chegaram a fazer uma reunião grande com o STU, com cerca de 20 representantes
11 do sindicato, e foi uma conversa muito boa. É algo muito tranquilo, precisam desfazer esses
12 tabus, essa visão de que é punição. Acha que as pessoas estão um pouco mal informadas sobre
13 o que significa ter ponto eletrônico. É mais ou menos comparável ao medo de sair da máquina
14 de escrever para os computadores; esta também é uma modernização que vai ajudar a todos: a
15 Administração Central, os funcionários e, principalmente, como já foi mencionado aqui pelo
16 professor Antonio José, melhora a imagem pública da Universidade. Não estão em um
17 momento de ficar fazendo barulho e sinalizando para a comunidade externa, para a sociedade,
18 que aqui existe qualquer medo de investigação ou de que haja alguma irregularidade. Tudo aqui
19 é muito bem-feito, tudo está muito produtivo; só precisam internamente dialogar e esclarecer o
20 que é o ponto eletrônico efetivamente. De sua parte, está à disposição, pois, como disse,
21 participou do GT anterior; vê isso com muita tranquilidade e acha que o que está faltando talvez
22 seja um pouco mais de conversa, de esclarecimento, para ajudar as pessoas que estão nessa
23 linha de frente para a implantação. Ressalta que isso vai facilitar a vida de todos. O Conselheiro
24 MÁRCIO ANTONIO CATAIA diz que iniciaram essa discussão na CAD do mês passado,
25 quando foi anunciado que na CAD de hoje teriam a responsabilidade de debater esse ponto.
26 Reuniram-se no IG para conversar sobre o assunto e, desde então, o que vêm externando, e
27 externou essa posição já no mês passado, é que há um argumento inegável: construíram esta
28 Universidade sem esse cartão de ponto. Mas lhe parece que não é isso que está em jogo agora,
29 como é que a construíram; a questão que está colocada é que há um controle que se exige sobre
30 a Universidade, e teriam aqui dois caminhos. Parece que, com a correlação de forças que
31 possuem hoje, se a Universidade se recusar, vai ser implantado por imposição. E acredita que,
32 neste momento, se assinarem o Termo de Ajustamento de Conduta, terão minimamente a
33 condição de controle desse processo, como foi feito pelo GT e encaminhado pela DGRH. Então
34 lhe parece que esse é um ponto fundamental. Além disso, há uma pressão pelo fato de a USP já
35 ter adotado, e esse é um sistema de pressão muito grande de argumento, tanto para o Ministério
36 quanto para o Tribunal de Contas do Estado. Se a outra universidade adotou e está funcionando,
37 eles perguntam qual é o problema de adotar aqui. Colocar essa questão significa colocar os
38 pontos com os quais terão de dialogar. Sabem que isso também tem relação com um fenômeno
39 que está acontecendo não só no Estado de São Paulo, mas no Brasil todo, que é de um controle
40 generalizado sobre as instituições, não somente universidades, mas também prefeituras e órgãos

1 do estado. Não conseguiu até agora encontrar um argumento para colocar a Unicamp contra
2 esse processo, para fazer essa defesa de como judicializariam isso. Não acha que devem
3 judicializar, devem assinar esse Termo de Ajustamento de Conduta, mas como o professor
4 Wagner acabou de colocar, há uma questão de forma, de consulta aos trabalhadores, às
5 trabalhadoras, que evidentemente precisam ser ouvidos. Acha que essa não é a questão; a
6 questão é como tomam o controle de um processo que podem perder. O Termo de Ajustamento
7 de Conduta é algo que colocaria como inegável. E, se for o caso, ajustar aqui dentro a forma,
8 com a participação que está sendo demandada dos trabalhadores e trabalhadoras da Carreira
9 Paepe. É contra a retirada de pauta, porque isso vai tomar tempo do debate, de pensar como
10 podem ter uma melhor participação de quem reclama a sua participação legitimamente. A
11 Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE diz que também encaminha pela não retirada do ponto
12 de pauta. O Ministério Público recebeu uma denúncia e como é sua obrigação, ele encaminhou
13 para a Universidade, e ela tem a obrigação de responder. O Ministério Público não está
14 determinando nada nesse momento, está apenas solicitando que se celebre um Termo de
15 Ajustamento de Conduta, e é isso que a Universidade tem de fazer. Já discutiram isso na CAD
16 anterior e mencionaram que a não celebração vai gerar uma imposição de como devem fazer.
17 Fazendo juntos, podem discutir como fazer. Também mencionaram na reunião anterior da CAD
18 que, em função dessa demanda, terão de discutir o trabalho remoto, que deve ser regulamentado
19 e que será discutido oportunamente. Há uma sequência para fazer isso. Ele será discutido, é
20 importante que seja, mas neste momento não há outra opção que não seja celebrar esse TAC.
21 Não fazer acordo é concordar com a judicialização da questão de cima para baixo, por isso
22 reitera que é favorável à manutenção do assunto na pauta. O Conselheiro FERNANDO
23 ANTONIO SANTOS COELHO diz que, como o professor Antonio José mencionou, possuem
24 dois caminhos, e considera que é melhor fazer o caminho que podem controlar. O caminho que
25 podem controlar é aquele em que há um Termo de Ajustamento de Conduta onde se fazem os
26 ajustes e estabelecem agora como fazer. Incomoda ouvir que a Administração está empurrando
27 goela abaixo dos funcionários, de toda a comunidade, a implantação de um ponto, pois a
28 proposta feita pelo GT começa dizendo: “avaliação técnica” e depois menciona “conversar com
29 a comunidade”. Para fazer essa conversa, é preciso saber que tipo de equipamento será
30 utilizado. Não tem sentido, sabendo da diversidade que a Universidade tem, implantar um ponto
31 eletrônico igual no Hospital e nas unidades de ensino, pesquisa e extensão. Elas têm diferenças
32 na forma de funcionamento e tudo isso vai ser respeitado. Entenderia que algo foi imposto se a
33 Administração estabelecesse que, por exemplo, em seis meses o ponto eletrônico estaria
34 implantado e não se dispusesse a conversar com ninguém. A Unicamp tem uma demanda que
35 foi feita pelo Ministério Público e precisa atender. Em dois anos vai dar tempo de discutir muito
36 e fazer um processo democrático, inclusivo, e que respeite toda a diversidade da Unicamp na
37 implantação desse ponto eletrônico. Estão postas as condições necessárias para que a
38 comunidade chegue a um ponto adequado de conversa e de entendimento. O que não pode
39 acontecer é que as pessoas digam que são contra o ponto eletrônico, cruzem os braços e dessa
40 forma não avançam. Essa é uma situação para a qual não podem caminhar, porque se fizerem

1 isso certamente vão judicializar a situação e aí sim a coisa vai ser imposta pelo Ministério
2 Público. Não podem esquecer uma outra coisa fundamental: o dirigente da Universidade
3 responde por todas as coisas que nela acontecem, mesmo do passado. Então precisam sempre
4 tomar cuidado com isso. A responsabilidade técnica e a responsabilidade jurídica estão
5 presentes e o senhor Reitor acaba sendo preposto de muitas situações. Portanto, particularmente
6 acha que não devem retirar de pauta; há uma proposta de trabalho longa e que certamente vai
7 envolver uma discussão bastante intensa na comunidade. O Conselheiro FERNANDO SARTI
8 diz que se sente bem representado em algumas falas anteriores. Gostaria de entender por que
9 quando discordam de alguma norma aquela instituição não serve. Pergunta se o Ministério
10 Público é inimigo da Universidade. Não consegue entender esse argumento. Estão confundindo
11 soberania com autonomia; o Ministério Público coloca a possibilidade de fazer um TAC com a
12 Universidade, onde ela defina como ela entende e como vai elaborar todo esse processo.
13 Pergunta se vão dizer “não” ao Ministério Público e se ele agora é inimigo da Universidade.
14 Parecem alguns que ficam dizendo que o STF e o TSE são inimigos da sociedade, ou que urna
15 eletrônica não serve. Estão falando de uma instituição séria, que lhes dá a oportunidade de
16 desenvolver um processo que ela própria já adota. E não somente o Ministério Público como
17 toda a Justiça adota. Também na USP já foi implantado, e com isso pergunta qual argumento
18 teriam para dizer por que a Unicamp não adota; além disso, essa resposta não deve ser dada
19 somente ao Ministério Público. O Ministério Público está estendendo a mão e fornecendo a
20 possibilidade de a Universidade dar uma resposta mais do que justa à sociedade. É à sociedade
21 que ela deve prestar contas. Nem começaram, nem conhecem ainda as tecnologias, mas veem
22 que funciona muito bem na Justiça, na USP, então pergunta por que não pode funcionar na
23 Unicamp. Declara seu voto favorável à assinatura do TAC. Como isso não é uma questão
24 apenas da gestão, é uma questão da comunidade, acha que devem se expressar aqui e assumir
25 esse compromisso, por isso propõe que seja feita votação nominal. A Conselheira MARIA
26 LUIZA MORETTI diz que se sente bastante contemplada pela fala dos colegas pró-reitores e
27 de outros colegas professores que aqui se manifestaram. Também não vê razão para esse temor
28 em relação ao ponto eletrônico. O discurso que ouve não é condizente com aquilo que será feito,
29 porque existe um planejamento lento para ser estudado, discutido. O fato é que a Universidade
30 deve responder ao TAC, esse é um fato legal, e o prazo, que já foi estendido, é até amanhã. Se
31 todos os trabalhadores, pelo que entendeu aqui, têm o horário certamente cumprido, não haverá
32 nenhum problema. As pessoas podem escolher se querem trabalhar 30 ou 40 horas, o que não
33 podem é trabalhar 40 horas e ter outro emprego no mesmo horário de trabalho. Isso não é
34 permitido para ninguém. Mas se a pessoa é um docente em RTP ou RTC e tem um outro
35 emprego, ela pode desde que não haja conflito de horários. O que não pode é trabalhar 40 horas
36 aqui e 30 lá. Se essa situação eventualmente existir aqui dentro, as pessoas terão um ano e meio
37 para readequar esse conflito de horário de trabalho. Pessoas que têm outros problemas
38 familiares, pessoas que acham que precisam de um outro serviço. A Universidade é flexível, só
39 não está entendendo o discurso de que os sete mil funcionários são perfeitos. É lógico que
40 quando colocarem o ponto eletrônico, o horário de almoço não será mais duas horas, porque

1 senão a pessoa terá de ficar uma hora a mais à tarde. Lembra também que o horário de trabalho
2 varia nas diferentes áreas: se a área da Saúde trabalha 24 horas, 7 dias por semana, é um tipo
3 de trabalho; se são locais de atendimento ao público, é outro horário, então vão existir
4 adequações. Será concedido a todos esse período de readequação. Vai votar favoravelmente à
5 assinatura do TAC, que vai beneficiar a todos, principalmente na área da Saúde, como a
6 professora Elaine bem colocou. Acha que isso vai trazer, inclusive, um melhor mapeamento do
7 trabalho dentro da Universidade. Também observa que não devem confundir com a questão do
8 *home office*: não é uma compensação e não estão negociando ponto eletrônico com o *home*
9 *office*. Como Coordenadora Geral, às vezes telefona para uma pessoa e alguém informa que ela
10 naquele dia está em *home office*, como se isso fosse já um modelo de trabalho estabelecido na
11 Universidade, mas não é. Precisa ficar claro que uma coisa será o ponto eletrônico, outra coisa
12 é o TAC que vão votar hoje, e outra coisa é o *home office*, que terá uma outra regulamentação.
13 Hoje estão votando uma situação real, existe um TAC do Ministério Público ao qual a
14 Universidade precisa responder. Devem enfrentar essa situação, e terão um período para se
15 adequar a esse novo modelo de trabalho. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES
16 ressalta que o MP não judicializou nada, ele fez duas perguntas: por que foram comprados os
17 equipamentos, gastando recursos com isso sem planejamento para instalar; e por que não foram
18 instalados ainda. Foi citado aqui que estão modernizando as relações de trabalho, a tecnologia,
19 mas não estão acompanhando as empresas privadas; primeiro porque são uma entidade pública
20 e têm muito orgulho disso, e não querem que o seu trabalho seja comparado ao das instituições
21 privadas. O que se faz aqui, enquanto instituição pública, de ensino, pesquisa e extensão, é de
22 qualidade e estão no topo do *ranking* da América Latina. Isso sem ponto eletrônico. A questão
23 não é controlar o ponto; entra no seu horário, sai no seu horário e não afetaria a sua vida, até
24 porque quem dá plantão na área da Saúde sabe que se atrasar 15 minutos a enfermeira já está
25 ligando porque precisa cobrir o plantão. Estão levantando aqui a questão da seletividade.
26 Primeiro que não colocam no cronograma quem vai registrar esse ponto, e fica muito fácil um
27 docente ligar uma câmera lá do *home office* e falar que tudo bem registrar ponto. Pergunta tudo
28 bem para quem e acertado com quem. O professor Fernando Coelho mencionou que incluíram
29 os funcionários no diálogo, mas incluíram depois que já estava tudo pronto. E o negócio não
30 está judicializado. O sindicato, em nome dos trabalhadores, elaborou em assembleia uma moção
31 contra o ponto eletrônico. A congregação do IFCH e da FE também aprovaram em congregação
32 uma moção contrária, assim como as professoras da DEdIC. Isso porque, principalmente, esse
33 modelo de controle de jornada não bate com a realidade do dia a dia da Universidade; dizem
34 que vão adaptar a cada função, mas pergunta como vão adaptar aquele trabalhador da extensão
35 que está acompanhando o docente, por exemplo. Pergunta também se esse docente vai registrar
36 ou é só o trabalhador que vai ter de justificar quantos minutos ficou a mais em um projeto de
37 extensão. É muito complicado controlar todos em um sistema só. Pergunta se isso é
38 modernidade. Lembra que na documentação está explicado que não foi cometido crime, então
39 se não existe denúncia de médico plantonista que deveria estar de plantão e não está, não aceita
40 o tipo de fala da vice-reitora aqui dizendo que o almoço vai reduzir de duas horas para uma

1 hora. O trabalhador não está descumprindo a jornada, o servidor está trabalhando com
2 excelência, mantendo esta Universidade no topo da América Latina. Se querem colocar ponto
3 eletrônico, acha que devem fazer votação nominal e deixar claro para a sociedade quem é que
4 está impondo o que, porque isso certamente não será homogêneo. Vai ser para uma categoria e
5 não vai ser para outra, porque isso já foi afirmado aqui. Sabem muito bem que esse tipo de
6 controle não vem para melhorar os gastos da Universidade, para tomar cuidado com o dinheiro
7 público. Vem no sentido de controlar e acusar o trabalhador de estar fazendo duas horas de
8 almoço, enquanto ele teria uma de direito. Então é dessa maneira que apontam para os
9 servidores. Foi citado que a USP implantou e funciona maravilhosamente, mas os
10 companheiros da USP vêm relatando horas negativas que surgem, por problemas técnicos, e
11 eles não têm como justificar. Simplesmente o trabalhador começa o ano com 200 horas
12 negativas, recesso de feriado não existe, todos devem horas. Pergunta se o docente também vai
13 ter horas negativas, então é muito complicado isso. No dia a dia, o que prejudica é que a
14 Universidade olha para o trabalhador todos os dias e não reconhece que ele está ajudando a
15 levá-la ao topo da América Latina. Estão sendo acusados de cometer um crime que não
16 cometeram; estão dizendo para o MP que a Unicamp não cometeu um crime, mas estão olhando
17 para dentro e dizendo que os funcionários cometeram. Estão fazendo um discurso incoerente.
18 Lembra que hoje pela manhã retiraram de pauta a questão da licença-paternidade, porque não
19 é obrigação por lei; o ponto eletrônico também não é obrigação por lei. Na documentação que
20 encaminharam a todos os conselheiros, consta um embasamento jurídico desmontando a
21 argumentação jurídica da PG, que é tendenciosa. Não existe judicialização do processo, já
22 provaram que não houve crime, e a compra dos aparelhos não justifica nova improbidade
23 administrativa para novos gastos públicos, nova compra de aparelhos e nem o controle do
24 trabalhador de forma seletiva. Se querem abrir o diálogo, propõe aqui retirada de pauta e
25 solicitação de uma audiência pública para resolver essa questão. Depois assinam o TAC,
26 conversam sobre o prazo, a questão técnica, mas devem fazer uma audiência pública com os
27 três setores e conversar com o MP abertamente, porque realmente o diálogo é o melhor
28 caminho. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO diz que deseja dialogar de modo
29 muito fraternal com todos, que certamente estão pensando no melhor para a Universidade. Acha
30 que precisam caminhar nesse sentido. O ponto eletrônico não é apenas uma questão
31 administrativa, mas também envolve relação trabalhista, o que tem de necessariamente envolver
32 o STU e a ADunicamp nesse processo. Não acha que seja uma questão de audiência pública,
33 que tenha de envolver os estudantes; acha que é uma questão de relação trabalhista, e é preciso
34 ter o respeito às entidades sindicais. No momento em que o MP interpela a Unicamp com
35 relação a essa questão, o primeiro passo da Administração Central teria de ser informar as
36 entidades. O professor Ruffino comentou que participou do GT de 2019 do ponto eletrônico,
37 observando ainda que as discussões foram paralisadas a pedido do STU em virtude da
38 pandemia. Ou seja, havia o início de um processo de discussão que envolvia o sindicato, mas
39 ele foi paralisado. Na medida em que estabelecem um cronograma em que incluem o sindicato
40 depois de acordado o TAC e depois de deliberado pela CAD, isso é ruim para as relações

1 internas, entre a Administração Central e as entidades sindicais. Tem certeza de que o
2 Ministério Público não vai fazer nenhuma ação contra a Universidade se ela solicitar mais um
3 mês de dilação desse prazo, para que possam discutir e definir isso na CAD de novembro. E
4 que possam aprovar aqui uma visão de que a Reitoria envie amanhã uma mensagem à
5 ADunicamp e ao STU explicando formalmente o que está acontecendo, propondo um
6 calendário. Acha que isso é bom para as relações internas, e é muito importante que possam
7 manter relações saudáveis de convivência dentro da Universidade. Estão vivendo um momento
8 político muito grave, em que há uma escalada que não querem ter para o país e para a
9 Universidade. Há muito tempo não viam uma reunião na sala do Conselho Universitário com
10 essa dificuldade de conversar aqui dentro porque os companheiros do STU estão lá fora fazendo
11 a sua manifestação. Acha que esse é um indicativo de que a coisa não está indo bem. Não
12 importa se é do lado do STU, se é do lado da Administração Central, mas acha que precisam
13 entrar em um consenso. E acredita que o MP não pode apressá-los e dificultar a convivência
14 interna na Universidade, pelo fato de essa ser uma discussão de relação trabalhista e que não
15 pode ser acordada com o MP antes de ser discutido com os sindicatos. Esse é o ponto central.
16 Os Estatutos da Universidade mencionam ponto, mas não ponto eletrônico, ele não é claro a
17 respeito disso. A CLT define que pode ser registro manual, mecânico ou eletrônico. A
18 Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que o professor Romão
19 mencionou que faz muito tempo que não ocorrem reuniões com entidades fazendo barulho lá
20 fora, mas observa que passaram quase três anos sem reunião nenhuma. Então faz tempo mesmo,
21 mas não é porque andava tudo bem; ao contrário, andava tudo muito mal. A conselheira
22 Gabriela disse três vezes que a Unicamp está no topo do *ranking* da América Latina, mas na
23 verdade ela é a terceira. Quem está no topo é a USP, que tem ponto eletrônico, e em segundo,
24 a PUC do Chile, uma universidade católica privada. O professor Romão mencionou que em
25 2019 houve uma tentativa de implantação do ponto eletrônico com diálogo e essa tentativa
26 parou. Havia um diálogo entre a administração e os sindicatos e isso foi impedido de continuar
27 pelos sindicatos. Então é tudo muito impreciso, e apoia algo que a professora Maria Luiza falou:
28 é muita grita, muita revolta para quem já está fazendo tudo certo. O MAGNÍFICO REITOR
29 passa a palavra à doutora Fernanda para algum comentário de ordem mais jurídica, ela que
30 inclusive esteve presente na reunião com o Ministério Público. A Doutora FERNANDA
31 LAVRAS COSTALLAT SILVADO esclarece que a questão do controle de jornada é
32 incontroversa. Ninguém está questionando se deve haver o controle ou não, isso é necessário e
33 a Universidade faz há décadas. O que está sendo demandado pelo Ministério Público, neste
34 inquérito e também em outros – a Universidade tem sido questionada também perante o
35 Tribunal de Contas – é a forma como esse controle é feito. O que está sendo exigido da
36 Universidade, e que motivou a proposta de celebração do TAC, é uma medida de gestão
37 administrativa. Fizeram pesquisas e isso também aconteceu em universidades federais, a partir
38 de exigência do Tribunal de Contas da União, e elas implantaram ponto eletrônico. Foi
39 solicitada a apresentação de um cronograma, e é isso o que está na pauta; vão apresentar um
40 cronograma para o Ministério Público e depois caminhar para a celebração do TAC. Se isso

1 não for feito, provavelmente ele vai judicializar a questão, então aí sim a questão vai ser levada
2 ao Judiciário. O que a Universidade perde é essa possibilidade de estabelecer um cronograma,
3 de fixar as diretrizes para essa implantação, com um prazo mais elástico. No Judiciário não
4 sabem como virá uma decisão, enfim, fora a dificuldade de argumentos jurídicos para embasar
5 a não adoção de um controle mais eficiente. O MAGNÍFICO REITOR diz que como presidente
6 da CAD não vota, mas deixa claro que é favorável à celebração do TAC. Acha que são duas
7 questões diferentes; obviamente o STU e a ADunicamp têm uma palavra a falar sobre a
8 implantação. Administrativamente, adiar a decisão seria a pior opção; já adiaram, chamaram
9 todas as bancadas, apresentaram o problema, montaram um GT e este sugeriu um procedimento,
10 com prazo de dois anos. É o resto da gestão que esta Administração tem e esse tempo será
11 suficiente para uma boa discussão; o que não podem é travestir a discussão de não querer
12 implementar pela não decisão hoje. No fundo é esse o problema, porque sempre formatam a
13 discussão na forma que eventualmente é mais conveniente para as posições. E uma das formas
14 de formatar é dizer que precisam de mais tempo para discutir, porque no fundo não querem
15 tomar a decisão. Uma coisa é discutir a forma de implantar, outra é se devem ou não implantar.
16 A Universidade foi motivada, e a Administração Central está achando que deve celebrar esse
17 TAC. Administrar tem ônus e bônus, é inevitável; às vezes só querem ficar com o bônus, mas
18 precisam ficar com o ônus também, porque é assim que possuem condições de desempenhar o
19 papel de administrador. Sempre tem um elemento político, sempre tem desgaste, mas é
20 necessário que assumam responsabilidades. Sua posição pessoal é favorável à assinatura do
21 TAC. Não havendo mais observações, passa à votação nominal para decidir primeiramente a
22 retirada ou não de pauta. O Conselheiro AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA Contrário. O
23 Conselheiro BENILTON DE SÁ CARVALHO Contrário. O Conselheiro CLAUDIO
24 FRANCISCO TORMENA Contrário. A Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE
25 Contrário. A Conselheira EVANIR LOPES TEIXEIRA Favorável. O Conselheiro
26 FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO Contrário. O Conselheiro FERNANDO SARTI
27 Contrário. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES Favorável. A Conselheira
28 HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN Contrário. O Conselheiro HERNANDES
29 FAUSTINO DE CARVALHO Contrário. O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA
30 VELASCO Contrário. O Conselheiro JEFFERSON CANO Contrário. A Conselheira MIRNA
31 LÚCIA GIGANTE Contrário. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Contrário. A
32 Conselheira MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES Contrário. A Conselheira
33 MARIA LUIZA MORETTI Contrário. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA Contrário.
34 O Conselheiro PAULO RÉGIS CARON RUFFINO Contrário. O Conselheiro SAMUEL
35 ROCHA DE OLIVEIRA Contrário. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-
36 LÓPEZ Contrário. O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO Favorável. O MAGNÍFICO
37 REITOR anuncia que a retirada de pauta foi rejeitada com 18 votos contrários e 03 votos
38 favoráveis. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO sugere ao grupo de
39 trabalho que inclua na sua proposta uma revisão do procedimento um ano ou dois anos após a
40 implantação, para que pudessem verificar os resultados positivos ou negativos, qual é a posição

1 da comunidade depois de ter experimentado o procedimento. Porque pode ser que estejam
2 fazendo uma coisa completamente errônea e sobre a qual não estejam suficientemente
3 informados. Então acha que dois anos depois do início da implantação deveriam discutir se isso
4 foi benéfico ou maléfico. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que esse GT encerrou os
5 trabalhos. Terão de criar um novo GT, que vai dialogar com o STU e com a ADunicamp. A
6 forma de implantar não pode ser uma decisão unilateral, vai precisar de diálogo, então esse
7 novo GT vai ter de realizar as negociações com as entidades sindicais e discutir nas unidades.
8 Será um outro processo; o processo em que estão no momento é simplesmente o seguinte: o GT
9 existiu para definir um cronograma de implantação e o TAC. O TAC vai ser simples, a
10 Universidade estará se comprometendo como instituição a assinar o compromisso de
11 implantação naquele prazo. A forma de implantar demandará uma nova etapa, que envolve a
12 criação de um novo GT e o processo de negociação com as entidades sindicais sobre a forma
13 de implantação. O que o professor Hernandes observou terá de ser considerado por esse novo
14 GT, e isso vai voltar de alguma forma às instâncias para ser discutido e fazer o julgamento do
15 resultado. Mas são detalhes inclusive da implantação porque, eventualmente, isso pode ser em
16 algum momento alterado internamente. Se decidirem pelo TAC, terão uma certa autonomia
17 para definir a forma, que pode mudar ao longo do tempo. Em seguida, submete à votação
18 nominal o relatório do GT, com o cronograma nele estabelecido, e a realização de um TAC
19 com o Ministério Público, com os prazos delimitados nesse parecer do GT. O Conselheiro
20 AUGUSTO CÉSAR DA SILVEIRA Favorável. O Conselheiro BENILTON DE SÁ
21 CARVALHO Favorável. O Conselheiro CLAUDIO FRANCISCO TORMENA Favorável. A
22 Conselheira ELAINE CRISTINA DE ATAÍDE Favorável. A Conselheira EVANIR LOPES
23 TEIXEIRA Contrário. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO
24 Favorável. O Conselheiro FERNANDO SARTI Favorável. A Conselheira GABRIELA
25 BARROS GONÇALVES Contrário. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE
26 JENSEN Favorável. O Conselheiro HERNANDES FAUSTINO DE CARVALHO Favorável.
27 O Conselheiro IGNACIO MARIA POVEDA VELASCO Favorável. O Conselheiro
28 JEFFERSON CANO Favorável. A Conselheira MIRNA LÚCIA GIGANTE Favorável. O
29 Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA Favorável. A Conselheira MARIA HELENA
30 BAENA DE MORAES LOPES Favorável. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI
31 Favorável. A Conselheira MÔNICA ALONSO COTTA Favorável. O Conselheiro PAULO
32 RÉGIS CARON RUFFINO Favorável. O Conselheiro SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA
33 Favorável. A Conselheira VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ Favorável. O
34 Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO contrário e justifica seu voto: quando se
35 estabelece um cronograma, já há uma decisão tomada, e acha que as decisões têm que ser feitas
36 de acordo com o debate e a negociação com as entidades sindicais. O MAGNÍFICO REITOR
37 anuncia que foi aprovada com 18 votos favoráveis e 03 votos contrários a definição do Termo
38 de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público nos termos propostos pelo relatório do
39 GT. Agradece novamente ao trabalho do GT e informa que entram agora em uma nova fase:
40 vão propor o acordo nesses termos, uma vez que ele seja também considerado pelo Ministério

1 Público, vão assinar e então desencadear o processo de discussão interno de como realizar a
2 questão. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia, coloca para ciência o Expediente dos
3 seguintes assuntos: I - A - Designação de Gratificações de Representação Docente - Deliberação
4 Consu-A-22/17 - 01) Proc. nº 01-P-17813/2021 - Designação de gratificações de representação
5 docente e pesquisadores - conforme Relatório DGRH nº 19/2022 e Despacho DGRH nº
6 565/2022: Alex Wilhans Antonio Palludeto - Coordenador de Programa de Pós-Graduação -
7 IE/CPG; Alik Wunder - Chefe de Departamento - FE/Delart; Ana Rosa Ribeiro de Mendonca
8 Sarti - Coordenador de Programa de Pós-Graduação - IE/CPG; Guilherme Jose de Castilho -
9 Coordenador de Serviço - Reit/ProEC/Dirext/Exteca; Jun Takahashi - Chefe de Departamento
10 - IFGW/DRCC; Marko Synesio Alves Monteiro - Coordenador de Pós-Graduação - IG/CPG;
11 Marko Synesio Alves Monteiro – Coordenador de Programa de Pós-Graduação - IG/CPG; Nora
12 Rut Krawczyk - Coordenador de Pesquisa - FE/Codext; Paulo Cesar Pires Rosa - Coordenador
13 Associado de Curso de Graduação - FCF/Grad; Ricardo de Lima Zollner - Chefe de
14 Departamento - FCM/DCM; Wanda Pereira Almeida - Coordenador de Curso de Graduação -
15 FCF/Grad; Gustavo Silva Wiederhecker - Coordenador de Centro e Núcleo Interdisciplinar II -
16 CCSNAN; Karina Gonzales Silverio Ruiz - Diretor Associado de Unidade Universitária -
17 FOP/Dirass; Fernando Cendes - Chefe de Departamento - FCM/DN; Gilberto Alexandre
18 Sobrinho - Assessor Docente de Gabinete - ASSDOC - B - Moção à CAD - Para Ciência - 02)
19 Proc. nº 09-D-39859/2022 - Moção aprovada pela Congregação do IFCH que manifesta
20 preocupação referente à assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao
21 Ministério Público. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. A Conselheira
22 MARIA HELENA BAENA DE MORAES LOPES diz que pediu a palavra apenas para se
23 despedir dos colegas, porque deixará a diretoria da FEnf na primeira quinzena de novembro.
24 Agradece por todo esse tempo de convívio, no qual aprendeu muito com todos, e deseja o
25 melhor na condução dos assuntos futuros que serão discutidos na CAD. O MAGNÍFICO
26 REITOR agradece muito a contribuição da professora Maria Helena na gestão da Universidade,
27 como representante e diretora da Faculdade de Enfermagem. Deseja a ela uma boa continuidade
28 de carreira, que ela continue contribuindo com a Universidade, como fez ao longo do tempo.
29 Agradece muito a colaboração dela na gestão da Faculdade de Enfermagem e a participação em
30 todas as instâncias universitárias, um trabalho muito importante para o futuro da Universidade.
31 O Conselheiro WAGNER DE MELO ROMÃO parabeniza a professora Maria Helena pela
32 gestão junto à Faculdade de Enfermagem e passa a palavra à professora Andréa Galvão. A
33 Professora ANDRÉIA GALVÃO parabeniza a professora Maria Helena e passa à leitura de
34 uma moção do IFCH: “A congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, reunida
35 em sua 274ª reunião ordinária, no dia 14.09.2022, manifesta sua preocupação com a discussão
36 a ser realizada na reunião da CAD de 04 de outubro sobre a assinatura de um Termo de
37 Ajustamento de Conduta junto ao Ministério Público que prevê a alteração do formato de
38 controle da jornada dos seus funcionários técnico-administrativos e a adoção de um novo
39 sistema eletrônico. A assinatura foi proposta como forma de pacificar questionamentos do
40 Ministério Público quanto à aquisição, no ano de 2009, de 47 aparelhos de controle eletrônico

1 de ponto que nunca foram implementados. Entendemos que não há necessidade de gerar custos
2 à Universidade com um sistema que cria diferenças não justificadas na forma como são tratadas
3 as diversas categorias que constroem a Unicamp e que não representará a melhoria na qualidade
4 dos serviços prestados. A presença destacada da Unicamp em diversos *rankings* de excelência
5 foi construída com a participação indispensável do quadro de servidores técnico-
6 administrativos e não há motivos para a criação de um novo modelo de controle da jornada,
7 uma vez que o existente tem se mostrado eficaz. É bom lembrar que experiências de ponto
8 eletrônico já existiram no passado e foram abandonadas. O contexto vivido atualmente pela
9 Universidade é o da necessidade de reposição de funcionários que acumulam funções e serviços
10 devido à diminuição acentuada do quadro nos últimos anos. Preocupa-nos, sobretudo, que
11 negociações envolvendo questões trabalhistas não sejam realizadas diretamente com as
12 entidades representativas de tais servidores, no caso o STU em conjunto com a ADunicamp e
13 o Fórum das Seis. Considerando a exclusão das representações sindicais dessa negociação, em
14 conjunto com a ausência de discussão das pautas apresentadas por essas entidades na data-base
15 de 2022, esta congregação se manifesta contrária à assinatura do TAC supracitado e em favor
16 da abertura imediata de negociações de toda a pauta trabalhista apresentada pelo STU, pela
17 ADunicamp e pelo Fórum das Seis”. Embora a questão do ponto eletrônico tenha sido vencida,
18 fez essa leitura porque foi uma manifestação aprovada na congregação do IFCH. O Conselheiro
19 SAMUEL ROCHA DE OLIVEIRA faz um apelo para que tenham um ambiente na
20 Universidade em que não haja mais antagonismos, mais polarizações, uma classe contra outra.
21 Diz isso diante do que ocorreu hoje, com algumas manifestações que não considera produtivas
22 em termos democráticos por parte de alguns estudantes que bloquearam alguns docentes para
23 darem suas aulas, mesmo alguns alunos também querendo ter aulas. Com isso se cria um clima
24 de antagonismo e entram em um jogo em que todos podem perder. Estão em uma universidade
25 com muitas características bastante avaliadas pelo mundo afora; têm aqui os seus problemas e
26 precisam tentar resolvê-los da maneira mais harmoniosa possível. Ouviu uma parte da fala da
27 professora Maria Luiza e é completamente simpático à sua colocação; precisam ter um
28 ambiente um pouco mais harmonioso, pois já tiveram experiências muito ruins anteriores que
29 não gostaria que se repetissem. Portanto, faz um apelo por um pouco mais de paz e harmonia
30 no *campus* pelo bem da própria Universidade. O Conselheiro MÁRCIO ANTONIO CATAIA
31 parabeniza a professora Maria Helena e em seguida relata dois eventos muito importantes para
32 o IG: o primeiro foi o 9º Simpósio de Quantificação em Geociências, que aconteceu de 18 a 21
33 de setembro, promovido junto com a Sociedade Brasileira de Geologia. No comitê executivo,
34 contaram com um colega do departamento de Geologia e Recursos Naturais, o professor
35 Wagner da Silva Amaral. Foi um evento que contou com conferências, seções temáticas,
36 minicursos, e que foi muito importante para fazer avançar as discussões teóricas dentro do
37 campo da Geologia e das Geociências. O segundo foi o 11º Seminário Interno do Pecim, o
38 Programa de Pós-Graduação Multiunidades em Ensino de Ciências e Matemática, realizado no
39 dia 28 de setembro. Ele foi organizado conjuntamente pela Faculdade de Educação, Instituto
40 de Física Gleb Wataghin, o próprio Instituto de Geociências e o Instituto de Química. Na

1 ocasião, contaram com a presença do professor Claudio Tormena, diretor do IQ, e do professor
2 Marcos César de Oliveira, diretor associado do IFGW. O evento foi organizado no IG pelo
3 professor Roberto Greco, e a direção geral desse programa de pós-graduação é da professora
4 Maria Inês Petrucci Rosa. Então, foi um evento muito importante para o IG, que permite o
5 avanço dos programas de pós-graduação dos quais os colegas do IG participam. A Conselheira
6 VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ parabeniza a professora Maria Helena, e em
7 seguida solicita que, em relação ao TAC que acabaram de aprovar, a Reitoria restabeleça as
8 conversas com os sindicatos, o que não lhe parece ser tarde, no sentido de que há um longo
9 caminho a ser percorrido. Talvez isso já esteja nos planos da Reitoria, mas reitera a necessidade
10 de se restabelecer esse diálogo para que esse processo seja o mais democrático possível.
11 Concorda em boa parte com a fala do professor Wagner em relação a isso, também acredita que
12 seja a única saída. A segunda questão é fazer um convite para todos: faz parte de um grupo de
13 professores muito preocupados com essa visão que a sociedade tem da Universidade, e que
14 estudou barragens de rejeitos, como é o caso de Brumadinho, Mariana e demais. Farão um
15 evento na Praça do Coco, em Barão Geraldo, no dia 22 de outubro, com lançamento de um
16 livro, e haverá uma feira muito linda, com comida, música etc. Vai ser uma boa oportunidade
17 para os colegas conhecerem o trabalho que o grupo está desenvolvendo; a ideia é publicizar as
18 indagações e pesquisas. Esse evento está vinculado com o Ideia. Convida a todos, quem precisar
19 de mais informações pode contatá-la, e acha que vai ser uma ótima oportunidade de vê-los fora
20 do ambiente da Unicamp. A Conselheira GABRIELA BARROS GONÇALVES diz que sempre
21 vêm com uma expectativa de avançar no que vão defender, mas já esperavam uma atitude da
22 CAD como foi essa agora, pela assinatura do TAC, aprovação do ponto eletrônico,
23 principalmente porque não é para os membros desta CAD. Então, infelizmente, não podem
24 dialogar muito com isso, primeiro porque não têm nem representação aqui. Foi voto vencido,
25 mas sai contente com a sua participação, embora pouco contente com a representação
26 democrática da voz dos funcionários neste espaço, já que 18 docentes decidiram pela
27 implementação do ponto eletrônico para uma categoria inteira de servidores Paepe. A
28 professora Verónica mencionou que não é tarde conversar agora com o STU; acha que é
29 bastante tarde, porque sempre buscaram o diálogo com todas as reitorias. E não é só sobre o
30 ponto eletrônico, essa não é uma questão isolada, é um contexto. Estão pedindo diálogo sobre
31 várias questões; estão insistindo na questão orçamentária e a Reitoria simplesmente não
32 responde, coloca o diálogo em último plano e agora colocou o STU em um cronograma do
33 diálogo. Sobre a questão da polarização, acha que não vivem uma polarização porque a
34 polarização é quando há dois lados se enfrentando e um deles sai vencedor daquela disputa.
35 Não é o que está acontecendo aqui e também não é o que está acontecendo no cenário nacional.
36 Há um lado batendo, e que tem maior representação nas câmaras, nos pleitos, então realmente
37 não tem como chamar isso de polarização, porque há um polo batendo e o outro apanhando.
38 Devem tomar um pouco de cuidado com o que chamam de democracia; essa é uma definição
39 de democracia que não conhece. Reforça o documento que todos os conselheiros receberam
40 embasando essa decisão do sindicato da exigência da retirada de pauta, a questão do diálogo

1 democrático e da não necessidade de assinatura do TAC em defesa da autonomia universitária,
2 e de não dizer para o Ministério Público que a Universidade está errada, que os funcionários
3 estão fazendo uma hora a mais de almoço e ela está gastando mais recursos nessa
4 implementação. É uma decisão muito incoerente. Julgam, enquanto sindicato e enquanto
5 conselheiros universitários, que a incoerência dessa decisão vai vir com mais gastos. É muito
6 triste ver as pautas dos trabalhadores serem tratadas assim, de cima para baixo, com essa
7 antidemocracia, enquanto, por exemplo, o aumento do teto dos docentes passou rapidamente, e
8 deixou de valer o teto estadual para valer o federal. Então, quando as questões de ganhos
9 atingem a maioria, fica muito mais fácil, ao passo que quem está lá fora gritando passa por
10 antidemocrático. Reforça o que o professor Wagner Romão colocou: se o sindicato está
11 precisando gritar lá fora para ser ouvido, para pedir diálogo, acha que o erro não está no
12 sindicato que está lá fora, mas aqui dentro, em 18 pessoas assinando nominalmente aqui um
13 controle sobre quem provou manter esta Universidade no topo. E, sim, terceiro lugar é topo;
14 está muito orgulhosa de a Unicamp estar no terceiro lugar da América Latina. O MAGNÍFICO
15 REITOR passa a palavra aos pró-reitores. A Professora RACHEL MENEGUELLO diz que tem
16 dois informes. Vem fazendo desde a Cepe e CAD anteriores, mas agora com um pouco mais de
17 detalhes, o informe sobre a avaliação dos programas pela Capes, na qual a Unicamp teve um
18 excelente desempenho, com 31% das suas notas aumentadas. A Universidade possui 84
19 programas *stricto sensu*, entre os acadêmicos e os profissionais, e esse resultado coloca o seu
20 sistema de pós-graduação com praticamente 43% de notas 6 e 7, o que é altíssimo frente a várias
21 universidades e inclusive frente às universidades paulistas, que são as que têm proeminência na
22 produção acadêmica e científica do sistema nacional de pós-graduação. Computados os
23 programas que mantiveram suas notas 5, ou que alcançaram essa nota 5, 83% do sistema de
24 programas de pós-graduação da Unicamp tem qualidade de excelência. Isso é digno de
25 parabenizar. Já fez isso aos vários docentes, aos vários funcionários envolvidos, aos muitos
26 alunos que se esforçaram para dar conta dessa qualidade. Principalmente porque esse período
27 ainda pegou um pouco da pandemia e todos os constrangimentos que ela trouxe, então isso é
28 digno de nota. Ontem foi o prazo final para apresentar pedidos de reconsideração de notas, e é
29 possível, portanto, que esse quadro positivo melhore ainda mais no cômputo global de notas de
30 excelência da Universidade. O segundo informe é que a PRPG, com anuência da Administração
31 Central, decidiu implantar o prêmio de melhor tese de doutorado da Universidade nas suas
32 quatro áreas de conhecimento, considerando teses defendidas e homologadas durante o ano.
33 Neste ano de 2022, serão inscritas para essa premiação as teses defendidas e homologadas entre
34 02 de janeiro e 23 de dezembro. Haverá uma banca, e vão apresentar o edital e as regras nesta
35 semana para a CCPG e para toda a Universidade. Com isso desejam premiar e beneficiar
36 orientadores e pós-graduandos que têm contribuído para essa qualificação do sistema de pós-
37 graduação da Unicamp. O Professor IVAN FELIZARDO CONTRERA informa que os
38 resultados da Unicamp no Enade este ano foram muito bons, todos os cursos ficaram com nota
39 4 e 5. Agradece a todos os professores, alunos e técnico-administrativos que participaram dessa
40 avaliação. Informa também que o vestibular teve este ano 61.624 inscrições, número 2,6%

1 menor do que o do ano passado, mas com um fato interessante: 10% a menos no curso de
2 Medicina, o que dá menos 2.700 inscritos. Então, no total, exceto em Medicina, houve um
3 acréscimo de inscrições. Dentre os inscritos, 30,2% são alunos de escolas públicas e 19,6% se
4 colocaram como pretos e pardos. Comunica ainda que encaminharam para todos os
5 coordenadores de curso a avaliação do primeiro semestre de 2022, com todas as aprovações,
6 desistências e reprovações do semestre, e a PRG está disponível para qualquer ajuda e
7 discussão. O Conselheiro FERNANDO ANTONIO SANTOS COELHO informa que daqui a
8 pouco, às 18h, haverá uma sessão do Cine DCult no CDC e o filme apresentado se chama “A
9 Máquina do Desejo”, que mostra os 60 anos do Teatro Oficina. Também informa que hoje pela
10 manhã ocorreu a abertura das atividades do 9º Seminário sobre Longevidade e Qualidade de
11 Vida da Unicamp, que homenageia a Semana do Idoso, que começou no último dia 02. Ele trata
12 de vários temas relacionados à idade 50+ e é um programa bastante interessante, que conta com
13 a participação de um número significativo de pessoas. O Programa UniversIDADE já atendeu
14 930 alunos e realizou 241 atividades diversas, abrindo a possibilidade de participação de 2.500
15 vagas para várias pessoas da faixa de 50+. É um programa muito exitoso, que tem uma
16 visibilidade muito grande na Universidade. Em seguida, convida as pessoas ver o resultado de
17 um acordo feito entre a Padtec, que é uma empresa de tecnologia, associada com a MR2
18 Cultural, uma empresa de promoção de eventos, que possuem um programa chamado Espaços
19 Sustentáveis. Elas vieram conversar na Universidade, através da Prefeitura, para envolver a
20 Unicamp em alguns programas de sustentabilidade, e foi selecionado o espaço que fica em
21 frente ao CDC. Ele foi revitalizado com uma atividade que contou com a participação de uma
22 ONG aqui de Campinas, chamada Resgate de Efraim, utilizando material reciclável. O espaço
23 ficou muito bonito, bem bucólico, embaixo das palmeiras, e a ProEC está programando algumas
24 atividades que vão acontecer em um futuro próximo nesse espaço. Também informa que agora
25 entre os dias 27 e 30 de outubro a Orquestra Sinfônica da Unicamp apresentará, no Teatro do
26 Sesc, em Campinas, a ópera “As Bodas de Fígaro”. Essa obra vem sendo trabalhada pela
27 Orquestra Sinfônica e conta com o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. O Conselheiro
28 FERNANDO SARTI diz que vai iniciar com uma informação que foi solicitada na primeira
29 sessão do Consu, que foi interrompida semana passada, em relação ao número de professores
30 aposentáveis na Universidade; fizeram o levantamento e hoje correspondem a 444 docentes, e
31 depois vão disponibilizar no *site* da PRDU, ou mesmo na DGRH, pois têm as faixas por idade.
32 O mais antigo é um docente com 75 anos, que vai acabar sendo compulsoriamente aposentado.
33 A média e a moda estão em torno de 62 a 66 anos. Ainda não fizeram a separação entre
34 professores e professoras, mas os dados estão disponíveis. Em relação às progressões, informa
35 que na carreira docente, incluindo as aprovações na Cepe de hoje, estão com 702 progressões,
36 sendo 267 promoções por mérito, 402 por concurso de livre-docente, inclusive a passagem
37 daqueles que tinham prestado, mas estavam desvinculados da progressão para nível MS-5.1.
38 Dessas 402, 80 estão em andamento; e concursos de titulares são 33. Também informa que
39 receberam a demanda de todas as unidades pelos titulares e em breve trabalharão esses números
40 junto à CVD, com a professora Maria Luiza e a CGU, e retornarão às unidades a proposta. Em

1 relação às demais carreiras especiais, ocorreram 136 progressões, o que representa 74% dos
2 valores aprovados pelo Conselho Universitário, na ordem de R\$4,6 milhões. Em relação aos
3 docentes, esse valor representa R\$20 milhões, o que corresponde a 85%. Finalmente, a
4 progressão na Carreira Paepe envolveu 2.143 servidores, sendo 1.721 na horizontal e 422 na
5 vertical, totalizando R\$30 milhões. A Conselheira MARIA LUIZA MORETTI faz um
6 agradecimento aos diretores e diretoras que estão se despedindo: professor André Freitas, do
7 IB, a quem agradece por todo o trabalho realizado em conjunto com esta gestão, aproveitando
8 para dar as boas-vindas ao professor Hernandez; professora Mirna, da FEA, a quem agradece
9 pela colaboração em todas as reuniões da CVD, CVND e outras em que puderam contar com a
10 sua presença; e professora Maria Helena Baena, da FEnf, com quem sempre teve uma
11 proximidade. A professora Maria Helena foi da primeira turma da Enfermagem e se tornou
12 diretora, e a parabeniza por sua gestão e pela cooperação com a Administração Central durante
13 esse tempo. Também agradece ao professor Alberto Francato, da FECFAU, pela cooperação
14 com a gestão e pelo trabalho conjunto. Em seguida, informa que será realizado o SimTec, um
15 evento que começou há 25 anos, organizado por um grupo de funcionários de algumas unidades
16 de ensino e pesquisa que entenderam que era importante mostrar a sua participação como
17 profissionais no suporte, no desenvolvimento das pesquisas. Surgiu então essa ideia da
18 formação do Simpósio de Profissionais da Unicamp, que foi levado à PRDU e por ela
19 encampado em sua primeira edição, em 1997. Ele está agora na sua oitava edição, que foi
20 dividida em três eixos importantes: ensino, pesquisa e extensão; administração e gestão; e saúde
21 e sustentabilidade. O evento começa amanhã às 9h, no auditório da FCM, e terá uma
22 programação bastante diversificada. O SimTec recebeu 399 trabalhos dos servidores técnico-
23 administrativos e outros profissionais da Universidade, dos quais foram aprovados 390. Haverá
24 exposição com apresentação dos pôsteres, aulas, palestras, uma programação que pode ser
25 consultada no *site* do Simtec. Então convida todos que tiverem oportunidade para estar
26 presentes e prestigiar essa atividade. Em seguida, relata que fizeram o primeiro encontro de
27 Saúde e Bem-Estar, no dia 22 de setembro, quando receberam professores e servidores das
28 universidades públicas do Estado de São Paulo: UFSCar, Universidade Federal do ABC,
29 Unifesp e as três estaduais – USP, Unesp e Unicamp. Foi uma reunião em que foi debatido esse
30 tema com foco no bem-estar das pessoas, na prevenção de doenças mentais, com o objetivo
31 principal de montar uma programação conjunta de ações para as universidades públicas do
32 Estado de São Paulo. O *workshop* será realizado no dia 07 de dezembro, contando com uma
33 programação criada pelo grupo multidisciplinar que esteve presente na primeira reunião, e será
34 sediado aqui na Unicamp. Foi uma iniciativa da Unicamp, buscando não só a saúde mental, mas
35 o bem-estar das pessoas no ambiente de trabalho, a redução do estresse e o diagnóstico precoce
36 de doenças que possam ser trabalhadas e evitadas no âmbito da doença mental. Essa proposta
37 tem como desafio ligar pesquisas específicas na área e formar um observatório com a
38 participação das universidades que mencionou, com o objetivo de determinar a criação, a
39 vigilância de políticas para a saúde mental, para a permanência, discutir também políticas de
40 cotas e pertencimento, aspecto esse que foi muito mencionado. Além de ideias do que fazer

1 para o próximo ano em relação ao Setembro Amarelo, que é o mês de prevenção de suicídio,
2 saiu também dessa reunião um formulário que as universidades preencherão para que possam
3 trabalhar em desafios comuns às universidades paulistas. Considera essa uma iniciativa muito
4 produtiva que estão realizando em termos de saúde mental. Já mencionou na reunião da Cepe
5 sua participação no observatório que Magna Carta Universitatum, em que várias universidades
6 do mundo são signatárias dos princípios democráticos de uma universidade. Foi um encontro
7 muito interessante, houve várias mesas-redondas e escolheu três mesas para participar. Uma
8 delas foi sobre sustentabilidade, havia várias universidades representadas e apresentou o que a
9 Universidade Estadual de Campinas tem e faz em relação à sustentabilidade. Não percebeu,
10 mas o coordenador da mesa estava anotando e no final de sua fala ele relatou que dos 17 ODS,
11 a Unicamp está trabalhando em nove. Daquele grupo, a Unicamp é a que mais trabalha na área
12 de sustentabilidade, de inclusão, de permanência. Esperava que as universidades de países
13 nórdicos que estavam presentes tivessem mais a apresentar. Acha que a Unicamp foi a
14 universidade que apresentou o material mais rico dentro desse simpósio. Então chama a atenção
15 também para as coisas boas que desenvolvem aqui, às vezes com muita dificuldade, mas que
16 se destacam lá fora. Em seguida, informa que nas últimas semanas de setembro, todos os casos
17 de doenças respiratórias que procuraram o Cecom e o HC resultaram em testes negativos para
18 Covid, algo muito bom. No entanto, na Europa está havendo um aumento novamente de casos
19 de outras variantes: na Áustria, na Alemanha, na França, na Itália e na União Europeia. Há,
20 novamente, um aumento do número de casos e devem aqui ficar alertas. Entre docentes e
21 pesquisadores, a terceira dose foi informada por apenas 68%; entre os alunos, por 35%, por
22 causa da idade, e por 57% dos servidores. Então, solicita que estimulem as pessoas não só a
23 tomar a terceira ou a quarta dose, mas também informar o DGRH das doses. A Reitoria
24 suspendeu a obrigatoriedade do uso de máscaras em ambientes fechados, mas ela ficou mantida
25 nas unidades da área da Saúde. Além do uso recomendado para pessoas maiores de 60 anos,
26 portadores de diabetes ou doenças imunossupressoras e gestantes. Estão mantendo, portanto, o
27 fornecimento de máscaras de três camadas. O MAGNÍFICO REITOR diz que participou há
28 duas semanas de uma delegação que foi à Alemanha, com diretores ou diretores associados das
29 quatro áreas da Universidade. Ela foi organizada pela Deri, na pessoa da senhora Angélica
30 Torresin, e tiveram quatro dias de reuniões, com pelo menos três instituições diferentes,
31 estabelecendo bastante contatos; com algumas possuem tradição de cooperação, como a
32 Universidade Técnica de Munique ou a Universidade Livre de Berlim, com outras a cooperação
33 é menor. Essas reuniões foram muito produtivas, em termos de prospectar possibilidades de
34 ampliar as colaborações. Outra questão é que é muito assimétrico aquilo que enviam para fora
35 de estudantes e de pesquisadores e aquilo que recebem. Portanto, precisam tomar essa iniciativa
36 porque existem gargalos complicados para receber pessoas, e estão trabalhando nessa hipótese
37 de como podem fazer isso. Destaca algo similar à observação que a professora Maria Luiza fez
38 sobre a Magna Carta. Sempre valorizam muito iniciativas como os laboratórios vivos, e a
39 Universidade na questão da sustentabilidade está bem avançada, no Hids e na inclusão. A
40 sensação que dá em algumas coisas, realmente, é que a Unicamp está em um ritmo mais

1 acelerado até mesmo que um país como a Alemanha, que tem uma tradição na questão da
2 sustentabilidade, do movimento verde, ecológico. Várias vezes mencionou lá que 5% do
3 consumo de energia elétrica da Unicamp é oriunda de célula fotovoltaica, e a intenção é, com
4 os projetos que já possuem recursos liberados, ter 12,5% a mais, o que não é característico de
5 tantas universidades no mundo. A questão da inclusão também não é assim tão expressiva em
6 outros locais, mas de toda forma ainda possuem desafios para receber mais pessoas, como, por
7 exemplo, avançar na capacidade de dar aulas em inglês, portanto há algumas dificuldades que
8 terão de enfrentar. Destaca que essa é uma iniciativa que a Deri está tomando em relação a
9 vários países; há uma delegação próxima que vai para Inglaterra. O objetivo é fortalecer essa
10 perspectiva de internacionalização, tanto de retomar o envio de pessoas pós-pandemia com mais
11 intensidade, quanto de receber mais pessoas do exterior, pois sentem que, apesar de todas as
12 dificuldades políticas que vivem, existe um interesse grande em estabelecer esses laços. Até
13 porque é uma forma de manter a conexão para o futuro, quando essas dificuldades políticas
14 forem superadas. Destaca um prêmio que a Universidade recebeu, em particular o professor
15 José Mário Martinez, do Imecc, professor emérito da Unicamp, que continua ativo, inclusive é
16 presidente do conselho do Instituto de Estudos Avançados – Idea. Ele ganhou o Prêmio Su
17 Buchin, do Conselho Internacional de Matemática Industrial e Aplicada, concedido a cada
18 quatro anos a matemáticos com atuação destacada na educação, na pesquisa e na promoção do
19 desenvolvimento de países em desenvolvimento. Essa descrição e os detalhes estão na página
20 da Unicamp, assim como essa ida à Alemanha também. Como a professora Maria Luiza já
21 mencionou, amanhã começa o SimTec, e informa que o evento terá, no seu encerramento, a
22 presença do padre Júlio Lancellotti, que vai participar de atividade às 12h, no Centro de
23 Convenções. É uma pessoa que tem um papel muito importante na defesa de populações
24 vulneráveis, pessoas em situação de rua, então é um prazer poder contar com a presença do
25 padre Júlio Lancellotti. Parabeniza os organizadores do SimTec, a Educorp, por esse convite,
26 pois é muito importante para a Universidade ter esse diálogo com pessoas que valorizam tanto
27 os direitos humanos. E haverá um outro evento interessante que junta culinária e cultura, um
28 evento com chefs gastronômicos, também como parte do SimTec, e para o qual convida a todos.
29 Agradece muito aos diretores que se despedem, Mirna e Julian, da FEA, André e Everardo, do
30 IB, Maria Helena e Erika, da FEnf, Alberto e Daniel, da FECFAU. Sabem que não é fácil
31 administrar, estão sempre em conflitos, com a necessidade de tomar decisões, o cotidiano é
32 atribulado. Universidade é, de fato, um universo de problemas, de coisas muito positivas, de
33 dificuldades. É muito positivo que ela tenha esses embates que vivem cotidianamente, mas é
34 também, obviamente, para quem administra, uma tarefa árdua. Em relação às falas tanto do
35 professor Wagner Romão quanto da professora Verónica, embora tenham, no caso em particular
36 da proposta do professor Wagner, conduzido de outra forma, pois consideram importante
37 celebrar o TAC, e estavam já no limite do prazo, concorda que precisam fazer a discussão de
38 uma forma bastante ampla. Terão de montar um grupo de trabalho, não sabe ainda claramente
39 como fazer isso, mas precisarão estabelecer muito diálogo com as entidades e com a categoria
40 em geral, docentes e funcionários. Existe um prazo relativamente longo pela proposta, e terão

1 de ir nas unidades discutir, seguindo as primeiras unidades que estão na proposta, Gabinete,
2 CGU, pró-reitorias, Caism e Gastrocentro. Portanto, terão de fazer discussão com as equipes de
3 lá para organizar e garantir que isso seja feito de forma harmoniosa e negociado de modo a
4 garantir direitos. Acha que uma das coisas essenciais para garantir direitos é o banco de horas,
5 que dá alguma liberdade para as pessoas poderem ajustar o seu horário em função de
6 necessidades que surgem na vida de todos. São abertos a reconhecer as particularidades; devem
7 garantir aquilo que é a preocupação do Ministério Público, que é ter um controle de horário,
8 mas negociar isso de forma que a esmagadora maioria das pessoas não se sinta prejudicada.
9 Concorda com o que a professora Maria Luiza disse: devem evitar essa história de pensar que
10 há barganhas. Em algum momento discutirão o trabalho remoto, mas precisam separar as coisas.
11 Ressalta seu desejo de que seja levada essa discussão nas unidades também; devem não só
12 discutir com as direções sindicais, mas com as pessoas que trabalham nas unidades e nos órgãos
13 – docentes, funcionários, pesquisadores –, para que a proposta seja majoritariamente aceita.
14 Essa também é a sua preocupação com o trabalho remoto. Sabem que há trabalhos que não
15 podem ser feitos remotamente, então precisam ter uma preocupação de que a comunidade se
16 sinta confortável. Quem precisa trabalhar presencialmente tem de estar confiante de que quem
17 está trabalhando remotamente está trabalhando, o que exige maturidade, negociação, conversa,
18 diálogo. A Conselheira HELOISE DE OLIVEIRA PASTORE JENSEN diz que pediu a palavra
19 para se dirigir aos colegas que estão deixando as diretorias, e ao professor Hernandez que está
20 entrando. Tem uma só coisa que levam quando terminam as diretorias, a certeza de que por
21 quatro anos os colegas da unidade lhes deram o aval de cuidar do ambiente onde eles passam
22 mais tempo do que na própria casa. Isso nunca esquecem, e vale muito a pena. O MAGNÍFICO
23 REITOR propõe votos de pesar às famílias de: Antonio Arnoni Prado, docente aposentado do
24 IEL, que faleceu no dia 11 de setembro; José Dias Sobrinho, docente aposentado da FE, da qual
25 foi diretor, professor emérito da Unicamp e ex-pró-reitor de pós-graduação, que faleceu no dia
26 11 de setembro; Geraldo Archangelo, docente aposentado do IA, que faleceu no dia 18 de
27 setembro; Carol Hollingworth Collins, docente aposentada do IQ, professora emérita da
28 Unicamp e membro da Academia Brasileira de Ciências, que faleceu no dia 18 de setembro;
29 Wania Maria Moreno, procuradora aposentada da Unicamp, que faleceu no dia 25 de setembro;
30 e Cleide Aparecida Lopes, funcionária que atuava no Restaurante Universitário da Faculdade
31 de Ciências Aplicadas de Limeira, que faleceu no dia 26 de setembro. Nada mais havendo a
32 tratar, o MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão, e para constar, eu, Ângela de
33 Noronha Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Aline Marques que a
34 digitasse para ser submetida à aprovação da Câmara de Administração. Campinas, 04 de
35 outubro de 2022.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 383ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE ADMINISTRAÇÃO, realizada em 08 de novembro de 2022, sem alterações.